

# Sumário

Número de notícias: 30 | Número de veículos: 14

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS  
ANFIP

**Campanha pede reajuste salarial de 26% - SERVIDOR** ..... 4

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Arcabouço: votação na Câmara é adiada para 1ª semana de julho** ..... 5

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Projeto do Carf passa a trancar a pauta da Câmara, e relator intensifica reuniões para agilizar o texto** ..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Contribuintes vencem no STJ tese dos juros sobre capital próprio** ..... 9

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

**Emprego formal surpreende e analistas já reveem projeções** ..... 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Fundo da reforma tributária terá menos que R\$ 50 bi, diz Appy** ..... 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Lira acerta reunião com Estados para "afinar" reforma tributária** ..... 15

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Conta bilionária dos precatórios um dia chegará (Editorial)** ..... 16

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Serviços temem alta de carga tributária na reforma** ..... 17

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**PEC tributária é obra inacabada - LU AIKO OTTA** ..... 18

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Lira e governadores buscam consenso para tributária** ..... 20

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**O IBS e as exportações (Artigo)** ..... 22

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Tributação de carbono e a reforma tributária - OPINIÃO JURÍDICA** ..... 24

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Vagner Freitas: Reforma tributária é o arcabouço de soberania nacional** ..... 26

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alckmin diz que reforma tributária precisa ser aprovada este ano..... 27

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: Lira ouvirá dúvidas e resistências de governadores..... 29

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Appy diz que repasse da União para FNDR deve ser menor do que R\$ 50 bi..... 31

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Análise: Falta combinar a reforma tributária com os governadores..... 33

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Texto da reforma tributária será definido após reunião com governadores..... 35

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - INTERNACIONAL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Filho de Biden se declara culpado de sonegação..... 37

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Lula manda Caixa suspender cobrança de Pix para empresa..... 38

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Senado aprova prorrogar desoneração da folha..... 40

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO  
ECONOMIA

É preciso baixar as taxas de juros (Editorial)..... 42

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Relator amplia exceções ao limite de gastos do governo..... 43

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Governo cobra sinalização do BC para início do ciclo de corte dos juros..... 44

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Mercado de carbono daria 5% ao PIB, diz Alckmin..... 45

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
ECONOMIA

Aziz surpreende e exclui tecnologia e ciência de arcabouço..... 46

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL  
ECONOMIA

Melhora no crescimento da AL não muda cenário para o ano..... 48

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
ECONOMIA

Inação e desigualdades (Artigo)..... 50

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Copom deve abrir a porta para um novo ciclo de queda - PALAVRA DO GESTOR..... 52



# Campanha pede reajuste salarial de 26% - SERVIDOR

**GUSTAVO SILVA** [gustavo.silva@oglobo.com.br](mailto:gustavo.silva@oglobo.com.br)

O Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) lançou ontem a campanha salarial para reajuste dos servidores do Executivo. O objetivo da mobilização é aumentar os salários de 1,2 milhão de **servidores públicos** federais, reivindicando um aumento de 26%. Segundo as organizações, o valor busca recuperar a defasagem acumulada nos últimos seis anos. Em março, o governo Lula concedeu um reajuste de 9% aos servidores.

A mudança, se acatada, criará uma despesa de R\$ 46,8 bilhões aos cofres públicos, a serem acrescidos nos R\$ 180 bilhões gastos na folha salarial dos servidores do Executivo em todo o país. Hoje, o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) realizará um encontro com os representantes para tratar do protocolo de funcionamento da mesa nacional de negociação permanente.

Receita: sindicato pede melhoria nos planos. Membros da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (**Anfip**) participaram de reunião com a Diretoria da Geap Autogestão em Saúde, prestadora de serviços de saúde dos servidores, na segunda-feira, em Brasília. No encontro, dirigentes sugeriram melhorias no atendimento, bem como ampliação da rede credenciada, atualização do sistema e ajustes no valor da mensalidade nos planos de saúde oferecidos pela operadora. A Geap diz que há um projeto de aperfeiçoamento da rede.

**Site:** <http://extra-globo.pressreader.com/extra>

# Arcabouço: votação na Câmara é adiada para 1ª semana de julho

**Manoel Ventura e Victoria Abel**

Após as mudanças feitas pelo relator do arcabouço fiscal no Senado, senador Omar Aziz (PSD-AM), o presidente da Câmara, Arthur Lira (PPAL), disse que a votação na Câmara será adiada para a 1ª semana de julho. Com isso, a ideia de uma votação rápida nas duas Casas, como queria o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, não acontecerá.

Na visão do ministro da Fazenda, no entanto, o adiamento "não preocupa": -Não preocupa. Esse arcabouço era para ter ido para o Congresso em agosto. Nós mandamos em abril, ele já está praticamente aprovado. A primeira semana de julho é prazo mais que suficiente para fazer a peça orçamentária com base na nova regra fiscal.

## CIÊNCIA FORA DO LIMITE

Lira se reuniu com Haddad, ontem à noite, na Fazenda, depois de o relatório de Aziz trazer uma novidade que não estava acordada nem com o governo nem com as lideranças do Congresso: a exclusão de gastos com ciência, tecnologia e inovação dos limites de despesas.

O ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e o líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), também participaram do encontro na Fazenda. Lira disse que, além do arcabouço fiscal, pretende votar a **reforma tributária** e o projeto que trata do voto de qualidade a favor do governo no Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**) no início de julho.

-Queremos fazer semana intensiva (no início de julho).

Discutiremos **Carf**, arcabouço e **reforma tributária** - disse Lira.

Ele evitou fazer comentários sobre o relatório de Aziz: -Vamos esperar votação (do arcabouço) no Senado com naturalidade.

Aziz fez a leitura do seu relatório sem atender ao pedido feito pelo líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), que queria mudar o período de cálculo da **inflação** que serve de base para o reajuste das despesas do

projeto, como mostrou a colunista do GLOBO Míriam Leitão em seu blog.

O Ministério do Planejamento calcula que, por causa dessa mudança, será necessário cortar de R\$ 32 bilhões a R\$ 40 bilhões na proposta orçamentária do ano que vem, que será apresentada em agosto. Mesmo que isso possa ser corrigido em janeiro, esse cenário causa preocupação na pasta e pode gerar um forte constrangimento político para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

## CÂMARA DEVE ALTERAR

Na visão de aliados de Lira, a mudança deve cair na Casa, que analisará novamente o projeto e terá a "palavra final" sobre o texto. Aziz confirmou que o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e o Fundo Constitucional do Distrito Federal do limite fiscal deixarão os limites do arcabouço fiscal.

O senador apresentou o relatório na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, mas um pedido de vista adiou a votação.

A tendência é que o projeto seja analisado hoje pela CAE e, depois, seja apreciado pelo plenário da Casa. A sabatina do advogado Cristiano Zanin - indicado ao Supremo Tribunal Federal (STF) - por senadores na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), no entanto, pode atrasar essa votação.

Na saída da reunião da CAE, Aziz confirmou que o tema não foi tratado com lideranças da Câmara: -Não (foi acordado). Impacto não tem. Não é essa Coca-Cola toda. Eu não vejo ciência e tecnologia longe da educação.

Para técnicos que lidam com o Orçamento, o problema maior dessa mudança é a falta de critérios sobre o que seriam despesas com ciência, tecnologia e inovação.

No limite, seria fácil classificar gastos dentro dessas rubricas, para as quais não haveria limite.

Fora do script.

O senador Omar Aziz, relator do arcabouço fiscal: "Impacto não tem. Não é essa Coca-Cola toda. Eu não

vejo ciência e tecnologia longe da educação"

Galípolo é exonerado da Fazenda

O economista Gabriel Galípolo foi exonerado ontem do Ministério da Fazenda. Com isso, está aberto o caminho para ele ser sabatinado no Senado para a diretoria de Política Monetária do Banco Central.

Para a vaga de Galípolo, foi nomeado Dario Durigan, ex-diretor de Políticas Públicas do WhatsApp, controlado pela Meta, no Brasil.

Galípolo, considerado o braço direito do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, será sabatinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado no próximo dia 27.

Outra indicação do governo Lula para o BC é a de Ailton Aquino dos Santos, funcionário de carreira, para a diretoria de Fiscalização. A expectativa é que ambos sejam aprovados. (Renan Monteiro)

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Projeto do Carf passa a trancar a pauta da Câmara, e relator intensifica reuniões para agilizar o texto

*Por Erick Rianelli e Fernanda Tavares, GloboNews - Brasília*

Com votação prevista para 4 de julho na Câmara, começam agora as negociações para alterações no projeto de lei do Conselho de Administração de Recursos Financeiros (**Carf**).

O texto, que corre em regime de urgência a pedido do Poder Executivo, tranca a pauta da Câmara a partir desta quarta-feira (21). Nenhum outro projeto de lei poderá ser votado até que o texto seja avaliado em plenário.

O relator, deputado Beto Pereira (PSDB-MS), disse que vai apresentar seu parecer às vésperas da votação. Até lá, enquanto corre o prazo regimental de cinco sessões para apresentação de emendas, o deputado vai se concentrar em conversas com as bancadas da casa e com o Ministério da Fazenda.

O texto restabelece o voto de qualidade favorável ao **Carf**. Isso significa, quando houver empate em um julgamento no **Carf**, o ganho da causa será para o governo. Pelas contas da equipe econômica, o governo federal poderá arrecadar até R\$ 59 bilhões com a proposta.

Na tarde desta terça (20), Pereira se reuniu com Hugo Mota (PB), líder do Republicanos na Câmara.

Segundo Pereira, a proposta leva em consideração o acordo entre o Ministério da Fazenda e a Ordem dos Advogados do Brasil, fechado depois que o governo apresentou uma medida provisória sobre o **CARF**, em janeiro.

O parecer do relator deverá deixar claras as garantias que poderão ser exigidas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional nos processos extrajudiciais. Segundo Pereira, alguns pontos do projeto podem ser alvo de discussões e sofrer mudanças. Entre eles:

valor necessário para que um processo seja analisado pelo **Carf**

Pelo texto enviado pelo governo, o valor de causa tem

que ser maior que 1.000 salários mínimos, o equivalente a R\$ 1.320.000,00. Há pedidos para que o valor de alçada caia para 60 salários.

parcelamento das dívidas dos contribuintes quando houver voto de qualidade favorável ao Fisco

O acordo firmado entre a OAB e a Fazenda prevê que nesses casos o contribuinte é liberado da multa e dos juros, pagando apenas o valor principal. Segundo o termo, o devedor pode quitar o débito em até 12 parcelas. Há solicitações para que o prazo aumente para 60 meses.

Nesta terça-feira, o relator se reuniu com o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, e o o chefe de gabinete de Haddad, Laio Correia chefe de gabinete do Haddad. A conversa foi sobre os pontos da proposta que podem mudar. Os representantes da área econômica teriam se mostrado abertos à negociação.

Também haverá conversas com a OAB.

Rotina da Câmara

Na semana que vem, a Câmara deverá ficar esvaziada, com o presidente Arthur Lira na Europa -- e muitos deputados em suas bases por conta das festas juninas.

Com a pauta trancada, o governo deverá trabalhar para fortalecer sua base e o apoio ao texto.

Lira afirmou que fará uma agenda intensiva da Câmara na primeira semana de junho para dar conta dos projetos na fila.

A gente vai ver se essa semana a gente faz uma semana intensiva, de segunda a sexta, três, quatro, cinco, seis e sete [de julho], para que a gente possa discutir o **Carf**, porque o texto só ai ser entregue semana que vem. Para que que a gente possa votar o retorno do arcabouço do Senado e votar também pontos importantes ao país, que é a **reforma tributária**, juntos, disse o presidente da casa.

**Site:**

**<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/06/21/projeto-do-carf-passa-a-trancar-a-pauta-da-camara-e-relator-intensifica-reunioes-para-agilizar-o-texto.shtml>**



# Contribuintes vencem no STJ tese dos juros sobre capital próprio

**Beatriz Olivon De Brasília**

A Fazenda Nacional perdeu ontem uma importante disputa no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A 1ª Turma decidiu que os pagamentos acumulados de juros sobre capital próprio (JCP), que incluem valores referentes a anos anteriores, podem ser deduzidos da base de cálculo do Imposto de Renda (IRPJ) e da CSLL. Como já havia precedente da 2ª Turma, o caminho agora para a União é o Supremo Tribunal Federal (STF).

Os juros sobre capital próprio são uma forma de distribuição de lucros, assim como os dividendos.

Estão previstos na Lei nº 9.249, de 1995, e não são obrigatórios.

O acionista que recebe os valores tem desconto de imposto, na fonte, de 15%. Já a empresa que distribui lança esse dinheiro como despesa e pode deduzir da base de cálculo do Imposto de Renda e da CSLL.

A divergência com a Fazenda Nacional se dá quando as empresas "atrasam" e os pagamentos são feitos de forma retroativa - calculando juros sobre capital próprio de anos passados. A **Receita Federal** entende que as deduções não são possíveis nesse formato.

Quando a empresa distribui JCP e desconta esses valores da base de cálculo do imposto referente ao mesmo ano não há qualquer discussão.

Para o órgão, devem ser "respeitados o limite legal (de 50%) e o "regime de competência".

No STJ, a tese foi julgada em processo envolvendo o Itaú Unibanco.

A 1ª Turma já havia julgado o tema em 2009 e 2019. Ainda assim a Fazenda Nacional tentou rediscutir a questão, por entender que não havia jurisprudência consolidada.

Com as decisões nas duas turmas, não é possível recorrer à 1ª Seção - que uniformiza o entendimento dos colegiados de direito público.

Na sessão, o procurador Thiago Luis Eiras, da

Fazenda Nacional, afirmou que a legislação não fixa prazo para pagamento de JCP, que pode ser feito mensalmente ou trimestralmente, por exemplo. Mas, acrescentou, a União entende que o contribuinte precisa, a cada ano-calendário, contabilizar os juros sobre capital próprio, deduzindo o lucro do exercício ainda que o pagamento ocorra em período futuro.

"O que se percebe é que a acumulação em exercícios anteriores para pagamento futuro é uma estratégia contábil que visa burlar o limite legal de dedução, criando uma terceira espécie de benefício dedutível não previsto em lei", disse o procurador em sustentação oral.

Em seu voto, o relator, ministro Gurgel de Faria, afirmou que havia decidido monocraticamente esse processo porque há jurisprudência pacífica sobre o assunto. O caso chegou à turma, acrescentou, porque a Fazenda Nacional alegou que a jurisprudência não é pacífica.

"Ambos os colegiados estão votando no sentido de que a partir de 1997 [quando ocorreu mudança legislativa] a dedução dos juros sobre capital próprio, mesmo em relação a exercícios anteriores daquele em que realizado o lucro da pessoa jurídica, é possível", disse o relator, que foi seguido à unanimidade (REsp 1971537).

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) vai aguardar a publicação do acórdão para analisar se há possibilidade de recorrer.

Mas a discussão, segundo o procurador Thiago Luis Eiras, tem contornos infraconstitucionais, o que pode dificultar a apreciação dela pelo STF.

"Passa a haver no STJ uma sinalização clara, recente e uníssona de que a tese da Fazenda Nacional não prosperará", afirma o advogado Felipe Kneipp Salomon, do Levy e Salomão Advogados.

De acordo com Salomon, o voto do relator reconhece que desde 2009 se manteve estável o entendimento do tribunal quanto ao tema, sem decisões divergentes. "É também uma sinalização de que o precedente em vigor desde 2009 ainda é válido e que os contribuintes que se pautarem por ele não serão surpreendidos." A Fazenda Nacional, explica o advogado, alegava que o

precedente de 2009 seria antigo, que a composição da turma mudou e que um só precedente não formaria jurisprudência. Mas o relator, acrescenta, citou ainda precedente de 2019, mas sobre a possibilidade de os juros sobre capital próprio serem deduzidos da base da CSLL.

A partir do julgado de 2009, outras decisões do STJ repetiram o precedente, levando a entendimento favorável até na segunda instância, segundo Priscila Faricelli, sócia da área de tributário do Demarest. Mas algumas decisões monocráticas acabaram sendo julgadas em turma, diz, porque a Fazenda recorreu, pontuando que não era um entendimento consolidado.

"Agora as duas turmas decidem no mesmo sentido." Para Priscila, não há argumento constitucional para levar a questão ao STF. "O que se discute aqui é a limitação temporal e não o benefício", afirma. Em muitas discussões de **reforma tributária**, destaca, os juros sobre capital próprio são muito criticados pela Fazenda, que já tentou excluir o benefício.

Segundo Guilherme Yamahaki, sócio do Schneider Pugliese, se a empresa acumula JCP em algum período para deduzir valor maior no futuro, acaba pagando mais IRPJ e CSLL nos anos em que não fez a dedução.

"É uma opção que a empresa tem porque a legislação não veda. A única regra é a dedução ser feita no mesmo ano do pagamento."

"Passa a haver uma sinalização clara de que a tese da Fazenda não prosperará" Felipe K. Salomon

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187581>

# Emprego formal surpreende e analistas já reveem projeções

Após um movimento de retomada que priorizou os empregos do setor informal, que têm pior qualidade e remuneram pior, a recuperação do mercado de trabalho brasileiro tem sido capitaneada pela criação de vagas no setor formal, em especial as com carteira assinada. Em linha com o crescimento mais forte que o esperado da economia brasileira desde o início do ano, essa modalidade de emprego também vem surpreendendo, levando analistas a revisarem suas projeções para o mercado de trabalho no fim do ano.

De acordo com o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), a economia abriu 1,9 milhão de postos de trabalho com carteira assinada no setor privado nos últimos 12 meses até abril, na série ajustada. Destes, 705 mil apenas nos quatro primeiros meses do ano. Já o salário médio real de admissão chegou a R\$ 2.015,58, ainda 8% abaixo do patamar visto em janeiro de 2020.

O número ajudou a taxa de formalização do mercado de trabalho a alcançar 61,1% no trimestre encerrado em abril, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua. Exceção feita a 2020, quando a taxa de formalização teve um salto em meio à onda de demissões ocorridas na pandemia, afetando sobretudo as camadas de renda mais baixa, esse nível não é visto desde 2016, no início da série histórica da Pnad Contínua.

"Tanto o Caged quanto a Pnad vêm mostrando aumento da oferta de vagas formais. De certa forma, isso faz parte do processo de normalização do mercado de trabalho, após um início de recuperação pós-pandemia focado no setor informal. O que tem surpreendido é a magnitude da melhora do setor formal", afirma o economista da LCA Consultores Bruno Imaizumi.

Para Imaizumi, a maior parte desses empregos pode ser explicada pela normalização após a pandemia - não apenas escritórios e lojas, mas também escolas e hospitais. A administração pública, continua, se beneficiando dessas tendências e também da mudança de governo. "Vimos uma retomada de abertura de vagas no setor público após quatro anos de perdas e é de se esperar que um governo do PT se reflita em uma tendência mais forte de contratações", diz.

O mesmo raciocínio vale para a construção, que também se mantém aquecida devido ao estoque de concessões feitas recentemente. "Embora seja um setor mais sensível a crédito e com grande participação de trabalhadores informais, a gente vê alguma resiliência principalmente pela retomada das obras públicas, um ramo em que a formalização do vínculo de emprego é mais exigida."

Há ainda um possível outro motivo para essa recuperação mais forte que o esperado, diz Imaizumi. "O que talvez possamos estar subestimando são os efeitos das reformas conduzidas na década passada", diz. "A gente sabe que a reforma trabalhista, por exemplo, reduziu muito a litigância de má-fé e que pequenas empresas - as que mais contribuem para geração de vagas - são muito afetadas pela abertura de um processo trabalhista. Logo, essa redução da litigância pode ter contribuído para que mais empresas tenham conseguido sobreviver."

Para Fernando Honorato, economista-chefe do Bradesco, outro fator que pode estar colaborando para uma maior retenção do mercado de trabalho formal é a reforma da Previdência. "Não é algo muito palpável, é mais uma hipótese que temos e que ainda carece de dados. Mas o que temos observado é que a entrada na força de trabalho de população com mais de 50 anos cresceu. Ainda precisa de robustez econométrica para comprovar que isso ocorreu por causa da reforma da Previdência. Mas faz sentido: a reforma elevou o tempo necessário para o trabalhador se aposentar por tempo de contribuição. E o perfil de quem tipicamente se aposenta por esse esquema é o trabalhador do mercado formal", nota.

"Essas pessoas, por construção, têm mais facilidade de conseguir emprego, a produtividade delas é maior - em determinadas ocupações é a idade em que se atinge o pico da produtividade", acrescenta Vitor Vidal, também do Bradesco.

Um outro fator, mais concreto, que pode estar contribuindo para o aquecimento do emprego com carteira assinada é o custo unitário do trabalho. Nos cálculos do banco, ele ainda está 2,7% abaixo do quarto trimestre de 2019. "Esse custo vinha crescendo ano passado, mas de forma comportada. E mesmo com o maior reajuste do salário mínimo em sete anos em 2023, o custo unitário do trabalho caiu no primeiro

trimestre", diz Honorato. "Se somarmos esse fator à reforma trabalhista, pode significar que a facilidade de contratação cresceu, inclusive para a base da pirâmide, o setor de serviços."

Vale notar que o crescimento da ocupação formal é capitaneado pela ocupação com carteira assinada, ao passo que os trabalhadores por conta própria com carteira assinada, grupo do qual faz parte o microempreendedor individual (MEI) não apresentou resultado positivo no período, nota Lucas Assis, economista da Tendências Consultoria.

Por outro lado, a recuperação do emprego formal pode estar ligada ainda a um desempenho mais resiliente que o antecipado do consumo de bens pelas famílias no primeiro trimestre, diz Thiago Xavier, também da Tendências. Segundo dados do IBGE, o **PIB** do comércio apresentou alta de 0,3% nos três primeiros meses do ano, contrariando a expectativa de queda de boa parte dos analistas.

"Imaginávamos que as condições financeiras mais apertadas iam frear esse consumo, mas as concessões de crédito para as pessoas físicas seguem mais firmes que o esperado", diz Xavier. "Uma hipótese é que, ainda que o financiamento esteja mais caro,

as pessoas se sentem mais confortáveis em fazê-lo justamente porque estão em um emprego mais estável e que tradicionalmente paga mais que uma ocupação informal também".

Tudo somado, a Tendências projeta uma abertura de 1,2 milhão de vagas no Caged em 2023, o que deve ajudar a taxa de desemprego média no ano a encerrar em 8,0%. Segundo Assis, a formalização pode continuar avançando junto com a recuperação do setor de "Administração pública, defesa, **seguridade social**, educação, saúde humana e serviços sociais". "É importante notar que o **PIB** dos serviços de administração pública terminou o ano passado ainda abaixo do patamar pré-pandemia, isto é, do quarto trimestre de 2019 (1% abaixo do nível pré-pandemia). Ao longo de 2023, deve fechar essa defasagem entre o nível atual do fim de 2022 e o pré-covid; portanto, ainda há algum espaço para a normalização dessa atividade".

Já Imaizumi, da LCA, espera um saldo de 1,5 milhão de postos formais criados ao longo de 2023 no Caged. "É uma projeção mais alta que a da média dos economistas, mas abaixo dos 2 milhões criados em 2022 e condizente com um **PIB** mais baixo neste ano."

Apesar disso, ele vê pouco espaço para um avanço maior da formalização do trabalho na economia

brasileira. " Desde meados de 2022 essa taxa vem aumentando e agora parece se estabilizar. No entanto, essa taxa não varia muito em termos de amplitude ao longo do tempo. Pode até avançar, mas vai sempre esbarrar na qualificação do brasileiro médio", pondera.

Opinião semelhante tem Vidal, do Bradesco. "Para sair desse patamar histórico de formalização do mercado de trabalho, que oscila perto dos 60%, existem barreiras estruturais. Não apenas a produtividade do trabalhador, que não cresce há três décadas, mas também seria preciso baratear ainda mais o custo de contratação. Apesar da reforma trabalhista, o Brasil ainda é considerado um país com baixa flexibilidade, principalmente em setores intensivos em mão de obra", diz o economista. "Mesmo durante o pico da pandemia, quando a taxa de formalidade bateu seu pico por causa da onda de demissões, ela não chegou a 64%, ainda distante dos 70% das economias mais desenvolvidas."

R\$2 mil é o salário médio de admissão de janeiro a abril

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187581>

# Fundo da reforma tributária terá menos que R\$ 50 bi, diz Appy

**Idiana Tomazelli e Victoria Azevedo**

O aporte da União no FDR (Fundo de Desenvolvimento Regional), peça-chave para angariar apoio dos estados à **reforma tributária**, será menor do que R\$ 50 bilhões ao ano, disse nesta terça-feira (20) o secretário extraordinário da **Reforma Tributária** no Ministério da Fazenda, Bernard Appy.

Segundo ele, os valores ainda não estão fechados, mas, nas discussões internas, as cifras não chegam aos R\$ 50 bilhões que têm sido relatados por governadores.

"Dos números que eu conheço, nas discussões internas, é um valor menor", disse Appy após participar do evento **Reforma Tributária** e a Indústria, promovido pelo jornal Correio Braziliense e pelo Conselho Nacional do Sesi.

O secretário lembrou ainda que, em "qualquer cenário", a injeção de recursos no FDR será feita de forma progressiva -aumentando a cada ano até chegar ao valor cheio negociado.

O fundo está sendo concebido como uma tentativa de reduzir resistências dos estados e municípios, que, a partir da reforma, não poderão mais definir sozinhos suas alíquotas de **impostos**. A tributação sobre o consumo seria feita por um IVA (Imposto sobre Valor Agregado) dual - com uma parcela da União e outra de estados e municípios.

Os governos regionais tampouco poderão conceder benefícios fiscais nos moldes do que é feito atualmente. Por isso, o fundo serviria para assegurar a existência de instrumentos de incentivo à atividade econômica em regiões menos desenvolvidas.

O relatório das diretrizes da **reforma tributária** sugere que o FDR seja financiado "primordialmente" por recursos da União. Há pleitos para que o governo federal banque sozinho uma fatura na casa de R\$ 50 bilhões a R\$ 60 bilhões ao ano. Há estados que pedem um número até maior, próximo dos R\$ 100 bilhões.

Governadores e prefeitos das regiões Sul e Sudeste também querem acessar essas verbas, uma vez que Norte, Nordeste e Centro-Oeste já possuem outros

instrumentos de fomento regional, como fundos constitucionais.

Appy já confirmou que a União bancará uma parte do fundo, mas rejeitou o risco de uma fatura ilimitada.

"A União tem a intenção de apoiar o Fundo de Desenvolvimento Regional, mas não é um valor ilimitado. E isso será feito de forma a não comprometer a trajetória da dívida pública. Será feito de forma fiscalmente responsável", afirmou o secretário no dia da apresentação das diretrizes, em 6 de junho.

O valor do FDR é apenas um dos pontos de impasse na reforma, cujo texto da PEC (proposta de emenda à Constituição) ainda não foi apresentado pelo relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

Outra preocupação dos estados é a convalidação dos benefícios fiscais já concedidos e que têm vigência assegurada até 2032.

Como antecipou a Folha, a necessidade de resolver esse passivo pode tomar a transição dos **impostos** estaduais e municipais para o novo IVA mais gradual. A estratégia evita que a União precise bancar uma fatura ainda maior para ressarcir empresas contempladas pelos benefícios -valor que se somaria ao aporte no FDR, uma vez que o objetivo do fundo é financiar incentivos futuros.

O coordenador do grupo de trabalho da **reforma tributária**, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), disse que, se o FDR for usado para arcar com os custos da convalidação, o valor precisará ser superior aos montantes entre R\$ 50 bilhões e R\$ 60 bilhões que têm sido citados nas negociações.

Dos números que eu conheço, nas discussões internas, é um valor menor [que R\$ 50 bilhões]

Bernard Appy secretário extraordinário da **Reforma Tributária** no Ministério da Fazenda, sobre o aporte da União no FDR (Fundo de Desenvolvimento Regional)

**Site:**

[https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50314&anchor=6479089&maxTouch=0&\\_ga=2.127960844](https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50314&anchor=6479089&maxTouch=0&_ga=2.127960844)

**.1421635523.1687143802-  
1980247189.1672582619&\_mather=757bf67604fe4aa8&pd  
=920e4cf0addc08493726e8e5308e6773**

# Lira acerta reunião com Estados para "afinar" reforma tributária

**I AMANDA PUPO, I ANDER PORCELLA, LORENNARODRIGUES e FERNANDA TRISOTTO**

O presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (Progressistas- AL), vai se reunir amanhã com os governadores para tentar diminuir as resistências ao projeto de **reforma tributária** - previsto para ser votado na primeira semana de julho. Segundo Lira, o encontro será "decisivo" para que "a parte federativa da proposta seja afinada".

Como o Estadão mostrou, entre outros pontos os governadores criticam a gestão de arrecadação centralizada com o novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) - que unificaria **tributos** existentes -, prevista na proposta de **reforma tributária** apresentada pela equipe econômica. Eles alegam que o modelo representaria perda de autonomia dos Estados.

Também não há entendimento sobre o Fundo de Desenvolvimento Regional, que seria usado para compensar Estados e municípios com o fim da chamada guerra fiscal no País. Isso porque a reforma acaba com o mecanismo de incentivos tributários concedidos pelos Estados para atrair empresas às suas regiões. Os Estados divergem sobre os critérios para definir os repasses.

Lira afirmou ser "natural" que cada Estado tenha suas preocupações com as mudanças em estudo. "(Que se) Discuta se vai ter Fundo de Desenvolvimento Regional ou não, qual a fonte, como se dividirá, quais os problemas dos Estados do Centro-Oeste, que são exportadores. Como a reforma vai ser o alvo no consumo.

Esses Estados se preocupam, é natural, como se preocupam os Estados do Norte, Nordeste, os Estados do Sudeste e Sul. Todos com suas peculiaridades", disse Lira, em evento organizado pelo presidente do Conselho Nacional do Sesi, Vagner Freitas de Moraes, e pelo jornal Correio Braziliense.

Na semana passada, os secretários de Fazenda dos Estados não chegaram a acordo sobre esses pontos da reforma e, desde então, já remararam por duas vezes um novo encontro - que deve ocorrer hoje.

"ESPECIFICIDADE".

Lira disse ainda esperar que parte do mercado, como a indústria, entenda que "alguns setores" terão de ser tratados com "especificidade" na proposta de **reforma tributária**.

Ele citou nominalmente os segmentos da saúde, educação, serviços, agronegócio e o transporte público.

"Setores absolutamente imprescindíveis, como saúde, educação, serviços, o agro, talvez o transporte público, têm a obrigação por parte do legislador de serem tratados com especificidades, como são tratados mundo afora", afirmou.

Para o presidente da Câmara, é importante haver essa compreensão, caso contrário a proposta não teria "apoio mínimo" para tramitar.

"Vamos fazer com a ajuda de todos a **reforma tributária** possível. Ninguém tem ilusão de fazer a ideal."

"Vamos fazer com a ajuda de todos a **reforma tributária** possível. Ninguém tem ilusão de fazer a ideal"

"A reunião (com os governadores) será, eu penso, decisiva para que a parte federativa da reforma esteja afinada" Arthur Lira (PP-AL) Presidente da Câmara dos Deputados

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Conta bilionária dos precatórios um dia chegará (Editorial)

Em 2021, mais de três quintos dos deputados e senadores aprovaram mudanças nos prazos de pagamento de dívidas da União em que não há mais recurso judicial possível, chamadas precatórios. Até então, os débitos eram quitados após a decisão da Justiça. Uma emenda constitucional criou uma espécie de "pendura". O governo passou a ter um teto anual para saldar as dívidas.

Começou a pagar apenas o equivalente à quantia quitada em 2016, corrigida pela **inflação**. O resto foi sendo empurrado para depois.

Obra do então presidente Jair Bolsonaro, o plano tinha caráter nitidamente eleitoreiro. O objetivo era criar mais espaço no Orçamento para despesas em 2022, em particular o reajuste no programa Auxílio Brasil. Em prol da malograda campanha pela reeleição, legalizou-se um novo tipo de pedalada.

Dados do Relatório Contábil do Tesouro Nacional, revelados pelo GLOBO, mostram o tamanho do estrago. O passivo resultante da irresponsabilidade já chega a R\$ 142 bilhões, um aumento de 41% em relação a 2021.

A regra que permite pendurar o pagamento dos precatórios vale até 2026. No ano seguinte, o acumulado das dívidas terá de ser quitado (a não ser que o Parlamento promova outra manobra protelatória). Ninguém tem a menor ideia de onde o dinheiro sairá.

Projeções sugerem que o total poderá chegar a R\$ 245 bilhões em 2027, quase 2% do **PIB**. O governo atual terá de achar uma solução para desarmar a bomba, ou ela estourará no colo do próximo presidente da República.

As lideranças do Congresso, as mesmas da legislatura anterior, podem argumentar que a iniciativa partiu do governo Bolsonaro, mas a desculpa é furada.

Trabalharam arduamente pela aprovação, que contou com apoio não apenas da base bolsonarista, mas também de todos aqueles que não queriam ficar queimados por reduzir verbas de programas sociais. Na época, não faltaram avisos e críticas sobre o equívoco de emendar a Constituição para permitir uma farra do gasto. Teria sido perfeitamente possível

reajustar o Auxílio Brasil promovendo cortes noutras rubricas, como as emendas do relator que alimentavam o orçamento secreto.

Mas, posto na balança o interesse nacional, ele não pesou. Prevaleceu o cálculo político de curtíssimo prazo.

Só que o curto prazo passa logo, e o longo prazo um dia chega. Desde já os congressistas precisam refletir sobre como criar o colchão orçamentário necessário a saldar as dívidas empurradas com a barriga. Infelizmente, ninguém parece prestar atenção ao tema, como têm revelado os embates em torno do novo arcabouço fiscal. A Câmara aprovou um projeto melhor que o apresentado pelo governo, mas o Senado corre orisco de piorá-lo, abrindo exceções ao limite de gastos. Cada retrocesso vem acompanhado de justificativas aparentemente bem-intencionadas - exatamente como se fez na discussão da emenda dos precatórios.

Quando a **reforma tributária** entrar em pauta, é previsível que deputados e senadores tentem desfigurá-la para atender a interesses específicos. Oxalá tenham mais sensatez do que exibiram quando adiaram o pagamento dos precatórios.

Por ação ou omissão, o Congresso tem enorme responsabilidade pelo atraso econômico do Brasil nas últimas décadas. Está na hora de assumir o protagonismo em mudanças que tragam benefícios no futuro, e não uma conta bilionária a pagar.

## Notícias Relacionadas:

O GLOBO - ON LINE - RJ  
Conta bilionária dos precatórios um dia chegará

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>



# Serviços temem alta de carga tributária na reforma

**Geralda Doca**

Representantes de empresas de serviços e do agronegócio manifestaram ontem preocupação com os efeitos de um eventual aumento dos **impostos** para os dois setores se for aprovada uma **reforma tributária** nos moldes da que está em debate na Câmara dos Deputados.

Embora o governo negue aumento de carga tributária, integrantes de associações dos dois setores estimaram aumentos de **tributos** a partir do modelo adotado no relatório do grupo de trabalho formado para unificar uma proposta de emenda à Constituição (PEC), apresentado no início deste mês pelo relator, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

Ontem, em um evento em Brasília, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), reafirmou a intenção de pautar a **reforma tributária** para ser votada em plenário na primeira semana de julho, antes do recesso.

Em outro evento, organizado pela Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), líderes empresariais e parlamentares se queixaram de falta de discussão sobre a proposta com os setores econômicos.

A Confederação Nacional do Comércio (CNC) apresentou estimativas de que a proposta de **reforma tributária** pode aumentar a carga tributária para o setor de serviços, incluindo educação, saúde e serviços financeiros, em R\$ 200 bilhões por ano. Os cálculos têm como base dados do IBGE, considerado uma alíquota única, hipotética de 25% para o imposto sobre valor agregado (IVA) que deve sair da fusão de ISS, ICMS, Pis, Cofins e IPI.

## AMEAÇA AO EMPREGO

Segundo o economista da entidade, Fábio Bentes, o incremento representa quase 30% dos gastos do setor com folha de pagamentos. Um dos problemas, ressaltou, é que os serviços não usam insumos e não conseguem acumular créditos tributários como a indústria.

-A nossa preocupação reside especialmente sobre serviços, que podem ser seriamente prejudicados -

disse Bentes, alertando que aumentar a carga tributária de um setor intensivo em mão de obra poderia elevar a taxa de desocupação no país de 8,8% para 12%, segundo os cálculos da CNC.

O coordenador econômico da Confederação da Agricultura (CNA) também alertou que o agronegócio pode ser onerado. A reforma pode elevar o custo da cesta básica em 22%, impactando a **inflação**, nos cálculos da entidade, que defende tratamento diferenciado para alguns setores: -A gente não quer inventar a roda e criar uma nova jabuticaba brasileira, mas países que utilizam o IVA têm tratamento diferenciado para alguns setores e cadeias produtivas para evitar o aumento de preços para os consumidores na ponta.

O diretor da Associação Comercial de Campo Grande (MS), Roberto Oshiro, e o vice-presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais (CACB), Anderson Trautman, defenderam debate mais amplo antes da votação.

-Não podemos fazer a reforma de modo açodado - afirmou Trautman.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# PEC tributária é obra inacabada - LU AIKO OTTA

Nesta reta decisiva para a estratégia econômica do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o novo marco fiscal pode ser votado hoje pelo Senado Federal. Neste dia, termina a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), em clima de final de Copa do Mundo. Por fim, o substitutivo do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) para a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019, a **reforma tributária**, deve ser apresentado nos próximos dias.

Na **reforma tributária**, apontada como aquela que pode elevar em quatro pontos percentuais o Produto Interno Bruto (**PIB**) do país, já começou a pancadaria. Governadores pressionam por recursos federais para compensar perdas com a reforma. Entidades do setor de comércio pedem alíquota diferenciada para todo o setor de serviços, e não só para alguns segmentos, como sinalizado.

Mas a PEC da **reforma tributária** não será uma obra acabada. Dias atrás, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, resumiu: ela vai sinalizar uma mudança, que será processada ao longo do tempo.

Primeiro, será feita alteração na Constituição. Depois, virá lei complementar detalhando.

"Não queremos criar ruptura", afirmou. "A gente quer transitar para um regime robusto, um regime transparente, um regime que funciona em mais de 170 países." O descuido com a transição, com contribuintes que fizeram investimentos pesados em determinados Estados, fez naufragar tentativas anteriores de reforma, acrescentou.

Esse risco ressurgiu nos últimos dias. Ontem, o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), que presidiu o grupo de trabalho da **reforma tributária**, aventou a possibilidade de adiar, por quase uma década, a entrada em vigor da parte da **reforma tributária** que trata do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre Serviços (ISS).

A dificuldade está justamente criar uma porta de saída para os Estados que entraram na "guerra fiscal" e deram descontos de tributo para atrair empresas. Haddad ofereceu R\$50 bilhões para criar um Fundo de Desenvolvimento Regional e financiar a transição econômica dessas unidades da federação. Os Estados querem o dobro, segundo informou o governador do

Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), ao repórter Raphael Di Cunto, deste jornal.

O Fundo de Desenvolvimento Regional, tema da lei complementar, tem outras questões em aberto, notou o economista-chefe da Warren Rena, Felipe Salto. Não está claro quanto tempo durará nem quais serão seus objetivos. O funding, que originalmente seria uma parcela da arrecadação dos Estados, no atual estágio tem como origem os cofres federais.

Tampouco estão claros os critérios de divisão, disse. O relatório elaborado por Aguinaldo Ribeiro fala na possível adoção do mesmo rateio do Fundo de Participação dos Estados (FPE), que não tem nenhuma conexão com a "guerra fiscal".

A **reforma tributária** pretende fundir os cinco **tributos** cobrados sobre o consumo no Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS), que será dual: uma parcela federal, outra de Estados e municípios.

O IBS será cobrado no destino (onde ocorre o consumo). Permitirá total aproveitamento de créditos (o imposto embutido nos preços daquilo que a empresa comprou é descontado).

A gestão do IBS de Estados e municípios será feita por um Conselho Federativo, outro tema a ser detalhado. É uma "aberração", disse Salto, pois esse colegiado terá mais poderes do que os governadores para regular o novo tributo.

A consultora internacional e coordenadora do Grupo de Trabalho do Imposto sobre Valor Agregado no Núcleo de Economia Fiscal da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo, Melina Rocha, explicou que é necessário para viabilizar a cobrança do IBS no destino, principalmente nas operações interestaduais.

Negociando **reforma tributária** desde 1988, o deputado Luiz Carlos Hauly (Podé-PR) disse que a discussão sobre agressão à autonomia federativa ocorreu também quando foi discutida a lei do Super Simples, da qual foi relator. "Todo mundo ganhou", afirmou. Da mesma forma, ele é convicto de que a **reforma tributária** será benéfica aos Estados.

O impacto da mudança no sistema tributário nos entes federados é uma parte da complicação. A outra é a

questão setorial. Além dos serviços, há preocupação do agronegócio com o fim da isenção de **impostos** sobre a cesta básica, disse o consultor Roberto Giannetti da Fonseca.

O secretário extraordinário para **Reforma Tributária**, Bernard Appy, tem repetido que todos ganharão com a reforma. Uns mais, outros menos, mas todos serão beneficiados por uma economia mais forte.

A **reforma tributária** chegou a ser discutida na Constituinte, mas não prosperou, contou Hauly. Láse vão 35 anos de tentativas fracassadas.

Desta vez, ela é parte essencial da agenda do ministro da Fazenda. Este, por sua vez, é um político aberto ao diálogo e à negociação, que tem obtido sucesso em seu diálogo com o Congresso Nacional.

Se há um consenso neste país é que o sistema tributário é um peso para a atividade empresarial, por isso precisa ser mudado. Só isso deveria ser razão suficiente para superar diferenças e, finalmente, encerrar esse capítulo.

Lu AikoOtta é repórter especial. Escreve às quartas-feiras.

E-mail lu.aiko@valor.com.br

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187581>

# Lira e governadores buscam consenso para tributária

**Raphael Di Cunto, Larissa Garcia, Jéssica Sant'Ana e Marcelo Ribeiro**

Os Estados terão duas reuniões decisivas nesta quarta-feira, entre os secretários da Fazenda, e na quinta-feira, dos governadores com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para o destino da **reforma tributária**. O relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), espera que eles consigam se entender e cheguem a uma pro-posta de consenso, ou que conte pelo menos com apoio da maioria, para o fundo de desenvolvimento regional(FDR) e a transição.

Na legislatura passada, todos os 27 governadores de então assinaram uma proposta de emenda constitucional (PEC) com uma sugestão de reforma, em parte incorporada ao relatório de agora: um Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual-um federal e outro estadual/municipal-, com a criação de um fundo para que os Estados possam fazer investimentos em infraestrutura capazes de atrair empresas.

O tamanho deste fundo é motivo de impasse. O governador do Espírito Santo, Renato Casa-grande (PSB), disse ao Valor que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, teria aceitado R\$ 50 bilhões, mas que os governadores entendem que são necessários R\$100 bilhões para, além dos investimentos, os Estados poderem compensar as empresas que têm incentivos do ICMS até 2032.

Em debate patrocinado pelo Conselho Nacional do Sesi, nessa terça-feira, o ex-coordenador do grupo de trabalho da Câmara sobre a reforma, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), afirmou que as empresas têm direito a esses incentivos, que foram convalidados recentemente pelo Congresso, e que cabe decidir como será a transição. Uma possibilidade é compensar financeiramente as empresas, mas "é tanta isenção que não sabemos o valor", ou adiar a entrada em vigor do IVA-subnacional (que uniria ICMS e ISS) para 2033, quando os benefícios seriam extintos. Neste segundo caso, aporte de "R\$ 50 bilhões a R\$ 60 bilhões" da União no FDR seria suficiente, segundo o petista. No primeiro, a conta pode chegar a R\$150 bilhões.

O secretário extraordinário do Ministério da Fazenda

para **reforma tributária**, Bernard Appy, disse, contudo, que as contas do governo são de aporte inferior a R\$ 50 bilhões e que haveria transição. "Não sei de onde saiu esse número", disse ao Valor. "De fato a União está disposta a aportar recursos para financiar o Fundo de Desenvolvimento Regional. Só quero deixar claro, em momento nenhum chegamos ao número de R\$ 50 bilhões ou R\$ 60 bilhões", afirmou no evento.

Relator da reforma, Ribeiro disse que espera que os governadores consigam chegar a um consenso entre eles nas reuniões que ocorrerão até quinta-feira, da mesma forma que tinham conseguido na legislatura passada. Entre os impasses está o tempo de transição para a arrecadação dos entes federativos (na PEC, de 50 anos, mas há defensores de um prazo menor), no tamanho do FDR e na fórmula para distribuição dos recursos para os Estados.

Para ele, o melhor é uma transição gradual para o IVA subnacional que diminua o custo financeiro de compensar as empresas, mas também permita uma adaptação escalonada para os contribuintes. Deixar para entrar em vigor em 2033, de uma vez, "pode ter um impacto muito grande". "O ideal é ir testando aos poucos e ajustando", disse. Ele espera que esse modelo de transição seja apresentado pelos secretários estaduais da Fazenda.

Arthur Lira convidou todos os governadores para um encontro na quinta-feira, às 10h. "Essa reunião, penso, será decisiva para que a parte federativa da reforma esteja afinada", disse. Ele viajará em seguida para Portugal e pretende aprovar a PEC em plenário na volta, na primeira semana de julho. Ainda não está marcada a data de apresentação do parecer.

O setor de serviços teme aumento da carga tributária e tenta adiar a votação para depois do recesso parlamentar, o que adiaria a análise da PEC para pelo menos agosto. "Não podemos votar uma matéria sem conhecer a matéria", afirmou o deputado Domingos Sávio (PL-MG) durante seminário promovido pela Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB). "Vocês querem dar um cheque em branco?", questionou o senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR).

O governo, porém, trabalha para que a aprovação

ocorra ainda em julho. O presidente em exercício e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin, disse que o Brasil tem "um manicômio verdadeiro tributário" e que a reforma está madura. "O debate está maduro e tem que ser agora. Não pode perder o primeiro ano. Reforma constitucional, PEC, tem que ser no primeiro ano. Se perder o primeiro ano, já começa a ter dificuldade", disse. Após a aprovação pela Câmara, o texto seria discutido pelo Senado no segundo semestre.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187581>

# O IBS e as exportações (Artigo)

**Gabriela Conca**

No debate sobre a **reforma tributária** do consumo, muito se tem especulado sobre o aumento do custo das exportações e a consequente perda de competitividade do Brasil no cenário internacional.

A alíquota de 25%, estimada pelos idealizadores das propostas em discussão no Congresso Nacional para fazer frente à atual arrecadação dos **tributos** suprimidos com a reforma (essencialmente ISS, ICMS, IPI, PIS e Cofins), causou a rejeição de diversos setores, especialmente daqueles desonerados ou essencialmente exportadores.

Sem se ater ao Fla-Flu atual, este artigo tem como objetivo combater a desinformação e explicar como o modelo do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), tal como proposto nas PECs 45/2019 e 110/2019, pode, de fato, beneficiar o país no contexto das exportações.

A despeito do receio quanto ao sucesso da implementação de novos modelos, especialmente dado o complexo cenário tributário brasileiro, é preciso colocar um pouco de luz sobre a temática para se ter um debate honesto e mais profundo sobre os reais entraves à aprovação de reformas necessárias, como a tributária.

O IBS proposto segue a linha das melhores práticas internacionais de IVA na busca pela neutralidade fiscal - premissa básica de um bom IVA estabelecida nos guidelines da OCDE após vasta experiência de IVAs implementados em mais de 160 países. Segundo o princípio da neutralidade, decisões de negócio e de consumo devem ser motivadas por razões econômicas e não fiscais. A tributação, portanto, deve ser neutra e isonômica quando aplicável às diferentes formas de atuação das empresas e aos players nacionais e internacionais.

Nas operações domésticas, a neutralidade é alcançada pela aplicação do princípio da não-cumulatividade, segundo o qual o montante do imposto pago na entrada de bens e serviços gera créditos a serem abatidos na saída subsequente. Nessa dinâmica, o imposto incide apenas sobre o valor adicionado ao produto ou serviço e é efetivamente arcado pelo consumidor final. A empresa que recolhe o imposto ao longo da cadeia o faz apenas na condição de agente coletor, sendo o consumidor final quem arca com o ônus financeiro do imposto.

No comércio internacional, a neutralidade encontra guarida no princípio do destino, segundo o qual a jurisdição onde está localizado o adquirente do produto ou tomador do serviço deve ser competente para arrecadar o imposto.

Em vista desse princípio, as exportações são isentas do IVA (adquirente ou tomador estão localizados em outra jurisdição com competência para tributar o consumo) e as importações são tributadas na mesma base e à mesma alíquota que as operações domésticas (uma vez que a jurisdição do importador tem competência para tributar o consumo).

As propostas para criação do IBS no Brasil reúnem esses dois princípios resultando na completa desoneração das exportações.

Isso ocorre porque todo imposto incidente nas etapas anteriores (mercado interno) será convertido em créditos para compensar com o imposto incidente na exportação que, no caso, será zero por aplicação do princípio do destino, gerando um saldo acumulado sujeito à devolução imediata pelo órgão responsável pela gestão do imposto.

Na prática, portanto, todo valor de IBS pago ao longo da cadeia de exportação que for acumulado pelo exportador deve ser devolvido pelo governo quando solicitado. O modelo proposto assegura não cumulatividade plena, atualmente desconhecida pelas empresas.

Hoje, sequer há percepção das empresas quanto às perdas ocorridas ao longo da cadeia que acabam onerando as exportações.

Muito embora as exportações teoricamente não sejam tributadas, a realidade de limitações à tomada de créditos resulta em um cenário bem diferente. Créditos decorrentes de aquisições básicas ou essenciais, como energia elétrica, bens do ativo permanente ou mesmo frete, sofrem uma série de restrições pelas autoridades fiscais. A não cumulatividade do ICMS, IPI, PIS e Cofins está apenas na nomenclatura dos **tributos**, sendo realidade bem distante. O ISS, por sua vez, é cumulativo e não dá direito a quaisquer créditos.

Como bem diagnosticado pelo deputado Aguinaldo Ribeiro em relatório do grupo de trabalho destinado a analisar a PEC 45/2019 apresentado na Câmara dos

Deputados no último dia 6 de junho, a incidência de **tributos** em cascata e as inúmeras vedações à tomada de créditos acabam gerando resíduos tributários nas exportações. Não há transparência quanto à efetiva carga suportada pelos cidadãos brasileiros, sendo que até as desonerações são falaciosas.

Além das inúmeras vedações à tomada de créditos, não podemos esquecer que as regras que disciplinam o creditamento de ICMS, IPI, PIS e Cofins são distintas e complexas, o que gera insegurança jurídica e elevado contencioso. Os ganhos financeiros decorrentes da garantia de crédito amplo, uniformização da legislação e clareza das regras tributárias são variáveis importantes da equação e não podem ser desprezadas no contexto da **reforma tributária**.

A despeito da descrença quanto à implementação de uma reforma dessa magnitude, é preciso ter conhecimento do modelo proposto pelas PECs 45/2019 e 110/2019 para que possamos avançar no debate. As exportações não serão oneradas simplesmente porque o IBS incidirá à alíquota nominal de 25% nas etapas anteriores. Independentemente da alíquota que venha a ser aprovada, as exportações, por decorrência lógica do modelo que prevê não cumulatividade plena e tributação no destino, serão mais beneficiadas do que atualmente e o país estará em um cenário mais favorável internacionalmente.

Isso não quer dizer que não seja legítima a preocupação dos exportadores quanto à efetiva devolução de créditos de IBS que venham a ser acumulados. Não podemos confundir, contudo, a atuação concreta do órgão competente pela devolução dos créditos com o modelo proposto, mesmo que com alíquotas elevadas objetivamente falando. É preciso reconhecer que da forma como concebidas, as PECs 45/2019 e 110/2019 beneficiam, sobretudo, as exportações. Os esforços devem ser direcionados ao aprimoramento de pontos problemáticos das propostas e à propositura de outras reformas estruturais necessárias sem desqualificar as medidas propositivas que estão alinhadas às melhores práticas internacionais.

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187581?page=1&section=1>**

# Tributação de carbono e a reforma tributária - OPINIÃO JURÍDICA

**Tatiana Falcão é consultora do programa de desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP)**

Em abril, o parlamento europeu aprovou o texto final da medida fronteiriça de ajuste de carbono (CBAM), que atua como um imposto/tarifa sobre carbono aplicado na fronteira, quando da entrada de certos produtos classificados como ricos em carbono, no território aduaneiro da União Europeia. A expectativa é de que o imposto passe a vigorar a partir de outubro.

O CBAM foi formulado com o objetivo de se criar um mecanismo de equivalência entre a política de precificação de carbono aplicada no mercado interno da UE e a política de precificação de carbono aplicada nas importações. Os setores alcançados pelo CBAM são: ferro, aço, cimento, alumínio e o de geração de energia.

O carbono é usado como parâmetro para quantificar os gases do efeito estufa (em emissões de dióxido de carbono equivalente CO<sub>2</sub>e) liberados durante o processo de produção dos produtos acima referidos, no exterior. Essa mecânica provê paridade entre instalações cobertas pelo mercado de carbono Europeu (EU ETS) e produtos importados, permitindo que ambos sejam medidos de acordo com as emissões reais.

O CBAM implica entrega de certificados pelos importadores com base no carbono embutido nos produtos exportados para a UE. Esses certificados não são vinculados ao sistema de licenças do EU ETS, mas refletem o preço dessas licenças para garantir uma abordagem coerente entre o preço de importação e aquele adotado no mercado europeu dentro do EU ETS. Esse ponto é importante porque significa que o importador não tem acesso ao mercado secundário do EU ETS para o comércio de créditos de carbono, o que poderia aumentar a margem de disputa sob as regras da OMC.

Colocando de lado as questões relativas à admissibilidade do CBAM como instrumento de equalização de preços, fato é que o CBAM segue a cartilha do GATT com bastante minúcia para afastar quaisquer questionamentos com base na legalidade. Uma dessas regras é que, para ser admissível, a UE deve (i) autorizar medidas compensatórias para os países que já empregam um preço sobre carbono em

âmbito doméstico; (ii) permitir aos parceiros comerciais a oportunidade de demonstrar que dirigem um programa comparável e (iii) prover um crédito ou isenção proporcional ao imposto, ou preço anteriormente empregado no país de origem.

Em conformidade com o acima exposto, o declarante tem direito a reclamar na declaração CBAM uma redução do número de certificados CBAM a entregar de forma a ter em conta o preço explícito do carbono pago no país de origem. Isso significa que, ao avaliar as medidas correspondentes no país de origem, na ausência de um acordo internacional para impor um conceito legal sobre o que está incluído dentro do conceito de "preço de carbono", a UE optou, unilateralmente, por penas reconhecer correspondência sobre o preço de carbono explícito. Este caracterizado pela aplicação de um imposto sobre carbono, ou um preço praticado dentro de um mercado de carbono do tipo de compliance (como o EU ETS), desde que os créditos de carbono originários sejam leiloados, para que os créditos sejam de fato precificados no país de origem.

Em se tratando de um preço a menor quando comparado ao preço parâmetro aplicado na fronteira em território Europeu, a UE terá então o direito de tributar a diferença, até o patamar de tributação adotado no território comum europeu. Não havendo nenhum programa nacional para tributação ou comercialização de créditos de carbono no país de origem dos produtos, a UE passa a se intitular competente para exercer o poder de tributar no lugar do país de origem.

Alguns países afetados pelo CBAM arguem se tratar de uma usurpação da soberania nacional do país de origem em matéria tributária.

Ao estabelecer esse mecanismo de compensação de preços com parceiros comerciais e econômicos, o CBAM passa a ter também a função de estimular a ação climática no exterior, com foco no estabelecimento de um preço efetivo sobre o carbono nos países com os quais a UE comercializa produtos. A imposição de um tributo sobre o carbono no país de origem importa na oportunidade de obter um benefício ambiental, mas também de acumular receitas no país de origem, sem a perda de direitos para o país de destino de tais produtos.



Dentre os países da América do Sul, a expectativa é de que o CBAM tenha um impacto reduzido, já que a Argentina, Colômbia e Chile já adotam um preço sobre carbono de cerca de USD 5,50 Kg-CO<sub>2</sub>e. O Brasil até o momento não alberga um instrumento capaz de precificar carbono em âmbito nacional. A proposta de **reforma tributária** (PEC 45/19) visa introduzir na Constituição a figura do imposto seletivo, mas para que esse imposto seja capaz de onerar o consumo de bens geradores de externalidades negativas, tais como dióxido de carbono, o texto proposto teria que ser revisado de modo a contemplar a incidência do imposto sobre uma base específica (por exemplo, toneladas de carbono) ao invés da base ad valorem ora proposta. Seria uma oportunidade para o governo brasileiro adotar uma medida tributária capaz de contribuir positivamente para as metas brasileiras dentro do Acordo de Paris e gerar receitas através da aplicação do conceito do poluidor pagador. Não fazê-lo agora, importa abrir mão de receita relevante, que dentre outras finalidades, poderia contribuir para o projeto de transição verde no Brasil.

Tatiana Falcão é consultora do programa de desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP)

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187581>

# Vagner Freitas: Reforma tributária é o arcabouço de soberania nacional

*edla Lul*

O presidente do Conselho Nacional do Sesi (CN-Sesi), Vagner Freitas, citou, na fala de abertura do seminário **Reforma Tributária** e a Indústria, o bom momento econômico no Brasil para defender a aprovação, antes do recesso parlamentar, do que vem sendo chamado de primeira etapa da **reforma tributária**. Para ele, é preciso aproveitar esse momento especial para reindustrializar o país.

Para usar uma palavra da moda, a **reforma tributária** é o arcabouço de soberania nacional de que precisamos, para que a neointustrialização seja âncora de um processo maior de desenvolvimento sustentável e duradouro, disse ele, fazendo um trocadilho com o arcabouço fiscal, em discussão no Senado.

Freitas enfatizou que o sistema tributário brasileiro é atrasado e injusto social e economicamente. Ele observou, por exemplo, que, enquanto nos países mais desenvolvidos o consumo ocupa um terço da base de arrecadação, no Brasil ele representa dois terços. Enquanto a renda e a propriedade aqui (no Brasil) respondem apenas por um terço da arrecadação, naqueles países ela representa dois terços, comentou, afirmando que o desafio colocado ao país é construir um sistema tributário moderno, que deixe o Brasil no mesmo patamar dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do G20 (grupo dos 20 países mais ricos do mundo) em termos tributários.

Para ele, a proposta de **reforma tributária** apresentada pelo governo representa um avanço em relação ao modelo existente hoje. Ao propor a junção de um grande número de **impostos** estaduais e federais em apenas dois **tributos**, (a reforma) simplifica as operações das empresas, reduz a burocracia, combate a guerra fiscal, que só traz prejuízo à coletividade, e facilita a fiscalização, reduzindo a sonegação e a famigerada corrupção, comentou.

Freitas vê como positiva, também, a criação de um fundo de compensação para os estados que passem a arrecadar menos, porque garante que o processo de desenvolvimento seja igualitário em todas as regiões, estados e municípios do país. Na opinião do

presidente do CN-Sesi, a grande tarefa da reforma será a tributação do consumo no estado de destino, porque, com isso, desonera-se a cadeia produtiva. Para ele, a indústria desonerada poderá contar com mais capital para investimentos, ao mesmo tempo em que o consumidor terá mais acesso aos bens produzidos. Com isso, haverá um círculo virtuoso que nos leva a mais industrialização e mais tecnologia, disse.

Para afirmar que o Brasil vive um bom momento na economia, Vagner Freitas apontou parâmetros como a desaceleração da **inflação**, a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) entre 2% e 2,5%, queda do dólar e o reconhecimento do país no cenário internacional. Esse momento especial é o ideal para a retomada do desenvolvimento sustentável, social e ambientalmente e com distribuição de renda, completou.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br).

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/06/5103375-vagner-freitas-reforma-tributaria-e-o-arcabouco-de-soberania-nacional.html>

# Alckmin diz que reforma tributária precisa ser aprovada este ano

**Rosana Hessel**

A **reforma tributária** voltou a ganhar corpo e passou a ser uma das prioridades do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Depois de inúmeras tentativas ao longo das últimas décadas, autoridades, parlamentares e empresários reconhecem que o debate está maduro e é preciso aproveitar o momento atual do país para conseguir, finalmente, iniciar o processo de simplificação do emaranhado de **tributos** atual. A esperança é adotar um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), modelo utilizado nas economias desenvolvidas, que torna o sistema mais transparente para os contribuintes, evitando corrupção e sonegação, e, ao mesmo tempo, dar maior competitividade ao país.

Na avaliação do presidente da República em exercício e ministro da Indústria, Desenvolvimento, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin (PSB), é necessário aprovar a **reforma tributária**, denominada por ele como a mãe de todas as reformas, ainda neste ano, a fim de evitar um novo adiamento. Estudos mostram que em 15 anos pode ter um crescimento de 10%, o que passa por uma vocação de investimento muito mais eficiente e com bons resultados para o país. Essa é uma reforma eficaz. É de ciência econômica, faz o Produto Interno Bruto (**PIB**) crescer, gerar investimento e emprego para ele e a gente poder avançar, afirmou Alckmin, ontem, na abertura do seminário Correio Debate: **Reforma tributária** e a Indústria, realizado pelo Correio Braziliense em parceria com o Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria (CN-Sesi). Alckmin ressaltou a importância da simplificação tributária para um IVA único, mas podendo ter diferentes alíquotas, como acontece no modelo europeu. Ele reconheceu que o desafio é grande para que a reforma saia do papel. Não é fácil. Se fosse fácil, há muito tempo seria feito, acrescentou.

Geraldo Alckmin assumiu a Presidência da República na segunda-feira e ficará no cargo enquanto Lula estiver em viagem à Europa. Ele lembrou que o país crescia 5% ao ano entre as décadas de 1930 e 1970, e chegou a avançar 12% durante os anos 1970, mas, de lá para cá, passou a crescer, em média, 2% ao ano. Essa perda de impulso no **PIB**, na avaliação dele, está relacionada com a falta de uma **reforma tributária**, pois o sistema atual se tornou um manicômio e é um dos maiores entraves para o

crescimento do Brasil, que não conseguiu se tornar um país rico e desenvolvido. Depois que se fica rico é que fica caro, mas ficamos caro antes de ficarmos ricos, e por isso, o país perdeu competitividade, frisou.

Após ser escanteada pelo governo Bolsonaro, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45/2019, da Câmara dos Deputados, foi a escolhida para servir de base para o novo texto, que está sendo construído pelo relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). Ele incluiu a ideia do IVA dual, previsto na PEC 110/2019, do Senado Federal. Ribeiro participou do primeiro dos três painéis temáticos do seminário e disse que está construindo o debate e as expectativas são as melhores possíveis.

O debate está maduro e tem que ser agora, não podemos perder o primeiro ano do mandato, reforçou Alckmin, parafraseando o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que falou antes dele na abertura do evento e garantiu que pretende colocar a matéria para votação no plenário da Casa na primeira semana de julho.

Lira ainda adiantou para a plateia que convidou governadores e técnicos do Ministério da Fazenda para uma reunião na residência oficial da Câmara, amanhã, para que eles contribuam com propostas ao relatório final da reforma. O parlamentar reconheceu que, diante das dificuldades, será impossível fazer a reforma dos sonhos. Vamos trabalhar pela **reforma tributária** possível. Ninguém tem a ilusão de fazer a ideal. Vamos fazer a possível, afirmou Lira.

Uma das polêmicas para o consenso para o avanço da reforma está no tamanho do fundo de compensação dos estados. No segundo painel, o secretário Extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, sinalizou que o repasse da União para o Fundo Nacional do Desenvolvimento Regional - que compensará os estados por perdas na arrecadação com a reforma - não deve chegar a R\$ 50 bilhões.

O presidente em exercício também reconheceu que não existe um único caminho para o país recuperar a competitividade. Não tem bala de prata, mas passa por uma série de medidas. É preciso simplificar as coisas, destacou Alckmin, citando vários exemplos além da **reforma tributária**, como desburocratizar os

sistemas, ter um câmbio competitivo e ampliar os acordos comerciais.

Na avaliação do presidente do CN-Sesi, Vagner Freitas, que compôs o painel de abertura ao lado de Lira, Alckmin, Freitas e o presidente do Correio, Guilherme Machado, a mudança que a **reforma tributária** pode proporcionar vai deixar a indústria mais competitiva, e, por isso, deve ser uma prioridade. A **reforma tributária** é o arcabouço de soberania nacional que precisamos para que a reindustrialização seja a âncora de um processo maior de desenvolvimento sustentável e duradouro, afirmou.

Em sua breve fala, Machado reforçou que o Correio vem adotando, de forma mais enfática, colocar temas mais relevantes para o país em debate, como é o caso da **reforma tributária**. Essa reforma promove a justiça fiscal. Ela simplifica o sistema tributário. Ela estimula a formulação, a formalização e o combate à sonegação.

Ao agradecer o convite do Correio para participar do evento, que debateu o desmonte da indústria nacional, porque o setor, hoje, é o mais tributado, Alckmin aproveitou a ocasião para elogiar o trabalho da boa imprensa e citou o escritor Victor Hugo que dizia que o diâmetro da imprensa é o da civilização. Ela é civilizatória e fortalece a democracia. Este é um momento bom, do diálogo. E quem ouve mais erra menos, completou.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br).

**Site:**

**<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2023/06/5103374-alckmin-diz-que-reforma-tributaria-precisa-ser-aprovada-este-ano.html>**

# Reforma tributária: Lira ouvirá dúvidas e resistências de governadores

**Francisco Artur e Henrique Lessa**

O relator da **reforma tributária** na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), reconheceu que pontos do projeto podem ser alterados após a reunião sobre o tema com governadores, anunciada pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que será realizada nesta quinta-feira.

Por minha parte, há pontos do texto que já haviam sido definidos no ano passado e, se eu for partir deste pressuposto, está tudo engessado. Mas, evidentemente, há novos governadores que estarão fazendo reavaliação de todos os pontos de interesses deles, afirmou Aguinaldo Ribeiro durante o seminário promovido pelo Correio e pelo Sei para debater o tema.

Mesmo assim, completou o relator, possíveis reavaliações do texto demandam celeridade para que o projeto esteja pronto a ser votado na primeira semana de julho.

Embora tenha solicitado rapidez na definição do texto da **reforma tributária**, Aguinaldo Ribeiro não deu prazos de quando o relatório estaria pronto. Faremos essa avaliação a partir das definições da reunião (com os governadores), explicou.

Quartas de final

O relator comemorou a previsão de que o projeto da reforma será colocado em votação, na Câmara, na primeira semana de julho. Estamos entrando nas quartas de final para que a **reforma tributária** seja votada na Câmara. Construimos o debate, e as expectativas para a discussão são as melhores possíveis, afirmou o parlamentar.

Para o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), coordenador do grupo de trabalho da Câmara sobre a **Reforma Tributária**, o país vive um raro momento de acordo político entre as duas casas legislativas, o governo federal, os governos de estados e municípios e a sociedade civil. Segundo Lopes, existe o consenso quanto à necessidade de se aprovar a reforma e, por isso, há condições de que a votação aconteça em julho, dando tempo para que o Senado possa apreciá-la com tranquilidade no segundo semestre.

Lopes enfatizou que o modelo atual é o grande empecilho para o crescimento da indústria no país. O que nos desindustrializou no passado foi o famoso custo Brasil, mas hoje, 80% desse custo Brasil é custo tributário, apontou.

Ele observou ainda que existem questões a serem avaliadas e que a diversidade e amplitude de benefícios tributários oferecidos por estados e municípios é de grande complexidade e que ninguém tem a conta certa de quanto esse valor representa.

Para Reginaldo Lopes a solução será política e uma das alternativas pode ser a ampliação da fase de transição da unificação do ISS e do ICMS dos municípios e estados, mas essa será uma resposta política que o Congresso deve dar.

Tem uma disposição dos entes federados, dos estados e dos municípios, até mesmo dos estados que têm a maior concentração de indústrias estão aceitando abrir mão do imposto tributado na origem pelo destino, pois entendem que assim é mais democrático, apontou o parlamentar.

Para ele, a **reforma tributária** vai garantir um pacto federativo fortalecido. Melhora a qualidade do modelo federativo brasileiro, com um modelo mais de colaboração e menos de concorrência e competição. Isso vai fortalecer a autonomia desses entes federativos, apontou Lopes.

O deputado apontou que a indústria é o setor que mais sofre perda de competitividade em função do sistema tributário atual. Não é verdade que o setor da indústria seja o mais privilegiado com a reforma, ele é na verdade o mais prejudicado pelo sistema atual, disse o parlamentar, que ressaltou, depois, em conversa com jornalistas, que calcula que a **reforma tributária** poderia impulsionar na criação de mais de 1 milhão de postos de trabalho no setor industrial.

Gerente-executivo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Mario Sérgio Carraro Telles destacou o caráter distributivo da proposta em análise na Câmara. Ao tributar de forma igual bens e serviços, (a reforma) vai reduzir a tributação do que os mais pobres consomem e aumentar a do que os mais ricos consomem, opina.

Telles citou a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que mostra que consumidores com renda até dois salários-mínimos gastam apenas 9% de sua renda com serviços e quem ganha acima de 25 salários-mínimos, gasta 31% com serviços. Quando desonero os serviços e onero mais os bens, estou desonerando o mais rico e onerando o mais pobre , analisou o gerente-executivo de Economia da CNI.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br).

**Site:**

**<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2023/06/5103377-reforma-tributaria-lira-ouvira-duvidas-e-resistencias-de-governadores.html>**

# Appy diz que repasse da União para FNDR deve ser menor do que R\$ 50 bi

**Victor Correia**

O secretário Extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, sinalizou ontem que o repasse da União para o Fundo Nacional do Desenvolvimento Regional - que compensará os estados por perdas na arrecadação com a reforma - deve ser menor do que R\$ 50 bilhões. Appy comentou o tema ao participar de painel do Correio Debate: **Reforma Tributária** e a Indústria, promovido pelo Correio e pelo Conselho Nacional do Sesi (CN-Sesi). Ele frisou, porém, que a União está sim disposta a compensar as unidades federativas.

Em momento algum a gente chegou a valores de R\$ 50 bilhões ou R\$ 60 bilhões. Mas sim, a União está disposta a compensar os estados, declarou durante sua participação no evento. Governadores, por sua vez, defendem que o valor tem que ser próximo a R\$ 100 bilhões para que não haja prejuízo aos estados que devem perder arrecadação com a reforma, especialmente os da região Centro-Oeste. Em fala anterior, o presidente do Grupo de Trabalho (GT) que discutiu a matéria na Câmara, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), argumentou que o valor teria que ser ainda maior, em torno de R\$ 150 bilhões.

Questionado por jornalistas ao final do evento, Appy esclareceu que o valor estimado em estudos internos da pasta - o Ministério da Fazenda - é menor do que R\$ 50 bilhões, apesar de não ter revelado o montante. Não está fechado, mas, pelas contas internas, não chega a esse valor. De qualquer forma, tem transição, respondeu o secretário.

O valor do fundo é um dos pontos de tensão entre os estados e a União, que quer aprovar a reforma ainda neste semestre, antes do recesso parlamentar. O tema será debatido em reunião convocada pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), amanhã com os governadores. O texto ainda está em tramitação e pode sofrer mudanças.

Mesmo com valor abaixo do esperado, Appy argumentou que a criação do Fundo é uma alternativa melhor para o desenvolvimento dos estados do que os benefícios fiscais concedidos atualmente. Com a reforma, os entes federados serão incapazes de baixar **impostos** para, por exemplo, atrair empresas. Segundo o secretário, porém, os benefícios atuais

acabam se cancelando e aumentando o custo logístico das companhias.

Tendo recursos (do Fundo), vai aplicar no quê? Naquilo que você tem vocação. Naquilo que gera mais emprego e renda, frisou Appy. Ele alertou ainda que o sistema tributário atual é feito para não funcionar, e que a reforma trará grandes benefícios no longo prazo. Em sua visão, a indústria é a atividade mais prejudicada hoje em dia, com maior custo tributário e de investimento.

Segundo estudos sobre a proposta, o aumento do Produto Interno Bruto (**PIB**) promovido pela reforma ficará entre 4% e 20% em 15 anos. Appy destacou que, mesmo em um cenário mediano, com aumento de 12%, todos os setores econômicos serão beneficiados.

## Indústria desmontada

O secretário participou do segundo painel do Correio Debate, ao lado da Secretária de Competitividade e Política Regulatória do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Andrea Macera, do analista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Altair Garcia, e do economista e professor da Universidade de Brasília (UnB), José Luis Oreiro.

A secretária do MDIC reforçou que a indústria é um dos setores mais prejudicados atualmente, e disse ver com bons olhos o texto em tramitação no Legislativo. Acharmos que o relatório aprovado no GT da Câmara vai ao encontro da demanda da indústria: simplificar, acabar com essa história de cumulatividade, tributar no destino e não na origem, destacou Andrea.

Oreiro, por sua vez, disse que vinha alertando há anos sobre o processo de desindustrialização do Brasil. Eu até gostaria de estar errado, mas eu não estava. De uma participação no **PIB** de mais ou menos 27% na década de 1970, hoje a gente tem 10%, explicou o professor. Ele frisou ainda que a economia brasileira regrediu a um modelo mais primitivo, exemplificado pelo fato de que 50% da força de trabalho está desempregada, autoempregada ou na informalidade.

O analista Altair Garcia defende que não adianta realizar uma reforma no destino sem rever a tributação

sobre os mais ricos. A desigualdade tributária é brutal no Brasil. Tributa-se muito no consumo, e pouco na renda e patrimônio. A reforma seria mais ousada se tocasse nesses lugares que são difíceis de falar , enfatizou.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br).

**Notícias Relacionadas:**

CORREIO BRAZILIENSE - DF  
Sem consenso para o FNDR

**Site:**

**<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2023/06/5103372-appy-diz-que-repasse-da-uniao-para-fndr-deve-ser-menor-do-que-rs-50-bi.html>**



# Análise: Falta combinar a reforma tributária com os governadores

**Luiz Carlos Azedo**

Há um certo consenso nacional sobre a necessidade da **reforma tributária**, que já se reflete no Congresso e cria condições excepcionais para que seja aprovada em julho. O fator decisivo é a própria economia, que precisa se livrar das amarras da atual estrutura fiscal, um emaranhado de leis e **impostos**, e optar por um sistema mais eficiente, barato e justo. A reforma pode representar um aumento de até 10% do **PIB**, em 15 anos, segundo disse, nesta terça-feira, o presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin, que também é ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, na abertura do seminário Reforma tributária e a indústria, promovido pelo Correio Braziliense.

Alcançamos um grau de maturidade na discussão da **reforma tributária** na Câmara dos Deputados que nos deixa a todos muito otimistas com relação ao resultado que vai ser colocado na conta e à prova de todos, avalia o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), que também participou do evento. Entretanto, há tensões. Uma reunião de governadores será realizada nesta quinta-feira, na residência oficial da Câmara dos Deputados, para debater a reforma. Há uma preocupação com o pacto federativo: Faremos a reforma ouvindo todo mundo, será a reforma possível, explicou Lira, que convocou a reunião e, de certa forma, atalhou a negociação dos governadores com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Na semana passada, o relator da reforma, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), apresentou as diretrizes aprovadas pelo grupo de trabalho parlamentar que discutiu a nova lei. Tanto os articuladores do governo quanto os líderes dos principais partidos têm expectativa de aprovação por ampla maioria, segundo o relator. A principal mudança proposta na reforma é o modelo de cobrança de **tributos** sobre o consumo. Embora tenha o compromisso de pautar a aprovação da reforma em julho, Lira admite alterações no mérito do relatório de Ribeiro, que começa a sofrer contestações.

É que o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), lidera uma articulação dos estados exportadores contra o recolhimento dos **impostos** no destino sem que haja compensação para a perda de receita desses estados. Além de Goiás, Minas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins, por exemplo,

são grandes exportadores em risco de perda de receitas. Hoje, a principal fonte de receita dos estados é o ICMS, arrecadado na origem das mercadorias, com exceção dos combustíveis, cujos **impostos** são cobrados no destino. Também há preocupação de prefeituras com o fim do ISS, que será fundido ao ICMS no novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA), o coração da reforma.

Fundo de compensação

Alckmin minimizou as divergências, ao fazer a defesa enfática da aprovação da reforma no primeiro ano de governo. Segundo ele, não existe uma bala de prata para melhorar a competitividade do Brasil, mas que é preciso cumprir uma série de tarefas, que passam por melhorar a educação, reduzir o custo do crédito e simplificar a questão tributária. Sobre o pacto federativo, disse que a ideia não é tirar de um para outro. Claro que a mudança da origem para o destino é lógica. No mundo inteiro o tributo sobre consumo é cobrado onde consome, afirmou Alckmin.

Ao comentar a movimentação liderada por Caiado, o deputado Luiz Carlos Haully (Podemos-PR), defensor histórico da **reforma tributária**, avalia que é possível resolver o problema das perdas dos estados exportadores unificando os dois fundos de compensação de exportações existentes. Um deles é o que garante o pagamento de compensações da União a estados e municípios devido às perdas de receita provocadas pela Lei Kandir, cujo valor destinado aos estados e municípios pode chegar a R\$ 65,6 bilhões até 2037.

A Lei Kandir (Lei Complementar 87, de 1996) isentou as empresas de pagarem ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre exportações. Como o ICMS é receita dos estados e municípios, a lei previu uma compensação financeira pela perda da arrecadação desses entes federados. Os critérios para o pagamento dessa compensação foram objeto de batalhas judiciais desde 2013, até o Supremo Tribunal Federal (STF) negociar um acordo entre os estados e a União, que foi oficializado pelo PLP 133/2020.

Faremos uma transição de 40 anos. Com a fusão dos fundos e um pouco mais de recursos, será possível atender aos estados de maneira que ninguém saia

perdendo , argumenta Haully. Pelas contas do parlamentar, devido ao atual sistema tributário, o país perde por ano R\$ 600 bilhões em sonegação e isenções fiscais, cerca de R\$ 300 bilhões com a inadimplência e mais de R\$ 100 bilhões com a burocracia. Com relação às prefeituras, o parlamentar avalia que os municípios sairão ganhando com a distribuição do IVA, porque o ICMS representa 7,2% do **PIB** e o ISS, apenas 0,9%.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br).

**Notícias Relacionadas:**

CORREIO BRAZILIENSE - DF  
Falta combinar a **reforma tributária** com os governadores

**Site:**

**<http://www.correio braziliense.com.br/politica/2023/06/5103331-analise-falta-combinar-a-reforma-tributaria-com-os-governadores.html>**

# Texto da reforma tributária será definido após reunião com governadores

**Victor Correa**

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), convocou para amanhã uma reunião com os governadores para tentar vencer as resistências sobre a **reforma tributária**. Lira anunciou ontem o encontro ao discursar na abertura do Correio Debate: **Reforma Tributária** e a Indústria, promovido pelo Correio e pelo Conselho Nacional do Sesi (CN-Sesi) para debater a proposta. Lira se disse confiante na aprovação da reforma na Câmara, e reforçou seu compromisso de pautar o texto em plenário já na primeira semana de julho.

Depois de reunião com os líderes e com o relator (Aguinaldo Ribeiro), nós e alguns governadores tomamos a iniciativa de fazer um convite. Os governadores dos 27 estados estarão sendo convidados para a Residência Oficial da Presidência da Câmara na próxima quinta-feira, às 10h da manhã, declarou Lira. A reunião, penso eu, será decisiva para que parte da reforma esteja afinada com todos os governadores, pensando nos seus estados e no Brasil mais próspero, completou o parlamentar.

A reforma sofre resistência de alguns governadores, especialmente os da região Centro-Oeste. Eles temem uma grande perda de arrecadação, e criticam a falta de detalhamento de pontos importantes da proposta em tramitação, especialmente sobre a criação de um Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional para compensar os entes federados.

Que se discuta se vai ter Fundo de Desenvolvimento Regional ou não, qual a fonte, como se dividirá, quais os problemas dos estados do Centro-Oeste, que são exportadores. Como a reforma vai ter como alvo o consumo, esses estados se preocupam, é natural. Como se preocupam os estados do Norte, Nordeste, Sul e Sudeste. Todos com suas peculiaridades, comentou Lira.

O presidente da Câmara reforçou seu compromisso de pautar a votação da reforma para a primeira semana de julho, e disse estar otimista sobre a aprovação. Para o deputado, todos os setores econômicos devem estar incluídos na discussão, uma vez que a mudança no sistema tributário pode definir os rumos da economia brasileira nos próximos anos. Ele avalia ainda estarmos com uma oportunidade única para a

votação, e ressaltou que a possibilidade de uma reforma é debatida há cerca de 60 anos.

Após ser aprovada na Câmara, a proposta será enviada para apreciação pelo Senado Federal. A expectativa é que a tramitação ocorra nas duas Casas antes do recesso parlamentar, que tem início em 18 de julho. Há, porém, uma série de indefinições e críticas por parte de setores que se dizem lesados pela proposta, como o de comércio e serviços, e o agronegócio.

Será um acontecimento que eu espero que seja histórico para o nosso país, com o grau de amadurecimento sobre o tema, comentou Lira sobre a votação da matéria. O parlamentar também argumentou, em seu discurso, que o setor industrial brasileiro sofreu com um processo de desmonte nos últimos anos, na contramão do que foi feito em outros lugares do mundo.

Em seu entendimento, a complexidade do sistema tributário atual foi uma das grandes culpadas para que o setor não se desenvolvesse, mas a presença de uma indústria forte é essencial para o desenvolvimento econômico e social da nação.

## Regras diferenciadas

O presidente da Câmara, porém, alertou sobre as costuras necessárias para que a medida seja aprovada e, enfim, implementada. Ele avalia que setores como a saúde, educação, agronegócio, serviços e transporte público devem ser tratados com regras diferenciadas.

É importante que o empresariado, que a indústria entenda que alguns setores têm que ser tratados com especificidades. Se não, nós não temos um apoio mínimo, nem de início da tramitação dessa matéria no plenário, pontuou Lira. Nós vamos trabalhar para a **reforma tributária** possível. Ninguém tem a ilusão de fazer a ideal, de fazer a ótima. Se nós simplificarmos, reduzirmos os custos e dermos segurança jurídica, em muito nós vamos ter contribuído no nosso papel para o desenvolvimento do país, acrescentou.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes

publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça.  
Clique aqui e participe da comunidade do Correio ,  
uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para  
publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem  
ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e  
telefone para o e-mail [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br).

**Site:**

**[http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/06/  
5103376-texto-da-reforma-tributaria-sera-definido-apos-  
reuniao-com-governadores.html](http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/06/5103376-texto-da-reforma-tributaria-sera-definido-apos-reuniao-com-governadores.html)**

# Filho de Biden se declara culpado de sonegação

Hunter Biden, filho do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, declarou-se culpado de duas acusações, referentes a sonegação de **impostos** federais e posse ilegal de arma, disseram os promotores ontem. "O presidente e a primeira-dama amam seu filho e o apoiam enquanto ele continua reconstruindo sua vida. Não faremos mais comentários", reagiu a Casa Branca em um **comunicado**.

O promotor especial David Weiss afirmou que Hunter Biden, de 53 anos, fez um acordo com o Departamento de Justiça após admitir sua responsabilidade em ambos os casos. Segundo Weiss, Biden concordou em se declarar culpado de "duas acusações de falta de pagamento intencional de imposto de renda federal". De acordo com a acusação, Biden não apresentou suas declarações de imposto a tempo sobre ganhos de mais de US\$ 1,5 milhão em 2017 e 2018 (cerca R\$ 5,81 milhões na cotação de 2018). Nos dois anos, ficou devendo mais de US\$ 100 mil em **impostos** de renda (R\$ 387 mil à época).

Cada acusação pode levar a até 12 meses de prisão e uma multa até US\$ 100mil ou o dobro do que ganharia ao infringir a lei vigente.

Segundo Weiss, Hunter Biden também precisou responder a outra acusação por "posse de arma de fogo por pessoa que consome ilegalmente ou é dependente de substância controlada". No passado, o filho do presidente admitiu lutar contra o alcoolismo e consumo abusivo de drogas.

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/21/06/2023/p1>

# Lula manda Caixa suspender cobrança de Pix para empresa

**Jeniffer Gularte, Manoel Ventura, Renan Monteiro e Carolina Nalin**

Menos de 24 horas depois de anunciar que passaria a cobrar tarifa para transações via Pix de empresas a partir de 19 de julho, a Caixa suspendeu a medida. A determinação para que o banco público recuasse partiu do próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva, segundo o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa. Lula, que está em viagem pela Europa, teria ficado incomodado com a repercussão negativa nas redes sociais.

-Foi pedido que suspendessem temporariamente, até o presidente estar de volta semana que vem, para que isso seja validado pelo presidente -disse Costa.

A manutenção da gratuidade faz a Caixa ser o único entre os cinco maiores bancos do país a não praticar tarifa na modalidade para pessoa jurídica (PJ). Ainda assim, o anúncio pelo banco irritou ministros do governo por causa dos ruídos de comunicação provocados.

De acordo com Costa, a presidente da Caixa, Rita Serrano, ficou surpresa com a repercussão da medida: -Falei com a presidente da Caixa (Rita Serrano). A informação que ela me passou é que todos os bancos, sem exceção, já cobram essa taxa de pessoas jurídicas. O único banco, segundo ela, que não cobrava era a Caixa, por questões técnicas, de tecnologia. Resolvida a questão de tecnologia, ela não esperava que tivesse esse alcance e essa repercussão a definição da Caixa em acompanhar, segundo ela, todos os outros bancos - afirmou o ministro.

## IMPACTO DAS REDES

Costa afirmou ter argumentado com a presidente da Caixa que o melhor era aguardar Lula retornar da viagem para discutir o tema.

Segundo ele, a medida será reavaliada: -Eu disse: olhe, a Caixa tem uma popularidade que nenhum outro banco no Brasil tem, então vamos aguardar o retorno do presidente para a gente avaliar essa medida, em que prazo tomar, em que condições tomar, isso será reavaliado.

O episódio se assemelha a outro evento recente em que o governo se viu obrigado a rever os planos após a repercussão de um anúncio nas redes: o da taxa de importados. A proposta inicial era coibir o uso de remessas entre pessoas físicas como parte do esquema adotado por marketplaces, principalmente asiáticos, para burlar o pagamento de **impostos**. Após o anúncio, a medida foi alvo de críticas, o que levou o governo a mudar sua estratégia para alcançar o mesmo objetivo. A saída foi negociar com as empresas e lançar um plano de conformidade ao qual gigantes do e-commerce pudessem aderir.

A hipótese de cobrança do uso do Pix para pessoas físicas - proibida pelo Banco Central e não cogitada pela Caixa -foi usada durante a campanha com a divulgação de notícias falsas sobre o tema. Desde que assumiu, o governo Lula vem reforçando que não haverá esse tipo de cobrança. Já as empresas têm de pagar taxas em boa parte das instituições financeiras para usar o Pix, e essa possibilidade estava prevista desde o lançamento do sistema de pagamentos instantâneos do Banco Central, em outubro de 2020, no governo Jair Bolsonaro.

## ESCLARECER MELHOR O TEMA

A Caixa ressaltou, em nota, que a cobrança às empresas "é realizada por outras instituições financeiras" e autorizada pelo Banco Central.

"A Caixa não realiza cobrança de tarifa Pix de seus clientes pessoa física, de microempreendedores individuais (MEI) e de beneficiários de programas sociais", disse o banco em nota.

O banco, no entanto, afirmou que a suspensão visa esclarecer melhor o tema, ressaltando que a decisão já estava tomada desde o final do ano passado, ou seja, ainda no governo Bolsonaro.

"A medida visa ampliar o prazo para que os clientes possam se adequar e receber amplo esclarecimento do banco sobre o assunto, dada a proliferação de conteúdos inverídicos que geraram especulação. A decisão da Caixa de cobrar pelo serviço estava definida desde o ano passado e não foi executada devido à necessidade de adequação dos sistemas internos", acrescentou o banco.

De acordo com as regras do BC, o Pix é obrigatoriamente gratuito apenas para pessoas físicas, microempreendedores individuais (MEIs) e empresários individuais (EIs). No entanto, as transações são passíveis de cobrança caso o cliente utilize canais presenciais ou por telefone, mesmo com outros disponíveis; se estiver recebendo dinheiro com fins comerciais; ultrapassar 30 Pix por mês; receber com QR Code dinâmico ou QR Code de um pagador pessoa jurídica.

Nem todos os bancos, no entanto, cobram pelo Pix feito por pessoas jurídicas. Nubank, C6 Bank, Cora e Inter estão entre as instituições que não realizam a cobrança.

Outros bancos, como BB, Bradesco e Santander, cobram algum tipo de taxa no Pix para pessoa jurídica.

A Caixa iria dividir a cobrança às empresas em três modalidades: Pix Transferência, Pix Compra e Pix Checkout. Segundo o banco, as taxas seriam as menores do mercado.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Senado aprova prorrogar desoneração da folha

**Victoria Abel, Adriana Aguiar\* e Laura Ignacio\***

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) no Senado aprovou ontem, de forma definitiva, o projeto que estende até o fim de 2027 a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia que mais empregam e, juntos, podem gerar até 6 milhões de empregos.

A proposta segue agora para análise da Câmara dos Deputados. O projeto permite que as empresas recolham de 1% a 4,5% sobre a receita bruta em vez de 20% sobre a folha de salários. A medida atende setores como calçados, vestuário e construção civil.

-Esse é um imposto burro, passa uma mensagem equivocada. Era para ser o contrário, quanto mais eu empregar, menos **impostos** vou pagar. Precisa-se dar segurança jurídica aos empresários - disse o autor do projeto, Efraim Filho (União- PB).

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), votou pela prorrogação, mudando o entendimento em relação ao da semana passada.

## DISCORDÂNCIA DE HADDAD

A prorrogação da desoneração da folha de salários para os mesmos 17 setores atualmente beneficiados por ela é constitucional, segundo advogados constitucionalistas e tributaristas. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, havia apontado "inconstitucionalidade" como justificativa para barrar o projeto de lei que estende a medida até o fim de 2027.

Na semana passada, na primeira apreciação do projeto de lei na CAE, Haddad defendeu que o debate sobre o tema fosse retomado na segunda fase da **reforma tributária** porque "uma nova proposta estaria para ser encaminhada no segundo semestre." Segundo o professor de direito tributário da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica em São Paulo (PUC-SP), Tácio Lacerda Gama, prorrogar a desoneração da folha é constitucional: -Não há qualquer dispositivo da Constituição ou decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) que permita concluir o contrário.

A advogada constitucionalista Vera Chemin destaca que "a possibilidade de prorrogação da desoneração

da folha se justifica pelo fato inequívoco de que um dos objetivos de política econômica governamental é promover a estabilidade econômica que, nesse caso, é a manutenção do emprego e da renda em determinados setores da economia, sob risco de agravar ainda mais a taxa de desemprego." Para Vera, a baixa arrecadação fiscal será compensada pela recuperação da atividade econômica: - Não se trata, pois, de um gasto público traduzido em subsídio econômico, e sim em uma renúncia fiscal da União, ou seja, ela (a União) deixa de ganhar no curto prazo para compensar essa perda no médio prazo.

A advogada baseia-se no artigo 195 da Constituição Federal. O parágrafo 12 do dispositivo dispõe que a lei definirá os setores para os quais as contribuições incidentes sobre a receita ou o faturamento e do importador de bens e serviços do exterior serão não cumulativas.

Já o parágrafo 13 prevê a aplicação na hipótese de substituição gradual, total ou parcial, da contribuição incidente sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício.

Também para a advogada tributarista Cristiane Matsumoto, sócia do escritório Pinheiro Neto, a prorrogação é constitucional. O cerne da discussão é a emenda constitucional (EC) 103, de 2019.

Basicamente, esta incluiu na Constituição um dispositivo (artigo 30) que fala que não se admite mais substituição de contribuição sobre a folha de salários por receita bruta.

-A partir dessa EC, de fato, constitucionalmente, não dá para criar uma nova desoneração da folha - afirma Cristiane.

## NÃO É NOVO BENEFÍCIO

A tributarista acrescenta que, por isso, a discussão, agora, é se a medida a ser implantada seria mera prorrogação da desoneração hoje existente - com prazo até dezembro deste ano -ou se seria a criação de um novo benefício.

-A meu ver, seria a prorrogação do que foi criado por



meio da lei 12.546, de 2011, na sua redação original - afirma a tributarista.

-Ao contrário do que Haddad está apontando, não há, portanto, violação de dispositivo constitucional.

Cristiane pondera, contudo, que, se for criada uma nova contribuição previdenciária sobre a receita bruta, em substituição à contribuição que incide sobre a folha de salários das empresas, abrangendo novos setores econômicos, além dos atuais beneficiados, "esse regime violaria o artigo 30 da emenda constitucional 103, de 2019."

\*Do Valor

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# É preciso baixar as taxas de juros (Editorial)

Não há mais nenhum motivo real para que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central não inicie os cortes na taxa básica de juros, a não ser a impossibilidade de se desviar das previsões do mercado financeiro, ainda que atender à expectativa vá frustrar empresários, governo e sociedade, que esperam ansiosamente pelo início da queda da Selic, hoje em 13,75% ao ano. Não há explicação para o fato de o Brasil ter a maior taxa de juros real do mundo e conviver com **inflação** menor do que os países desenvolvidos. É certo que o núcleo da **inflação** monitorado pelo Banco Central mostra certa resiliência dos reajustes de preços, mas nada que se estenda a um horizonte mais longo. Esta semana, o próprio mercado financeiro apontou para redução das expectativas de **inflação** e da taxa de juros.

Ao cumprir estritamente o que espera o mercado, o Banco Central não demonstra nenhuma independência em relação aos agentes financeiros. Na reunião que termina hoje, o Copom deve manter a Selic em 13,75% e divulgar um **comunicado** indicando cortes a partir do encontro de agosto, no segundo semestre. Tudo seguindo o script do mercado financeiro. E a pergunta que é necessária fazer é: qual a diferença entre promover um corte de 0,25 ponto agora e outro de 0,25 na reunião de agosto ou fazer um único corte de 0,5 ponto? Mudança nas expectativas. E aqui não se trata de uma redução passada como já foi feito, situação sempre citada para justificar a demora no corte das taxas quando as condições já são favoráveis.

Mas nesse caso o próprio Banco Central terá que ajustar, uma vez que até agora as projeções apontavam para a Selic a 12,5% no final do ano, apontando para corte de 1,25 ponto percentual. Só que o mercado espera a Selic a 12,25%, ou 0,25 ponto a mais de redução. Para 2024 as previsões foram reduzidas de 10% para 9,5%, ou 4,25 ponto percentual a menos em relação ao patamar atual da Selic. O próprio mercado indica para o Banco Central que a taxa de juros pode cair mais, uma vez que as projeções para a **inflação** também estão em queda.

Esta semana, a previsão do IPCA para o ano foi reduzida de 5,42% para 5,12%. O percentual ainda está acima do teto da meta para 2023, que é de 4,75% (meta de 3,25% com tolerância de 1,5 ponto para cima ou para baixo). Mas para os próximos anos as projeções caminham para o centro da meta, que é de 3% para 2024 e 2025. As estimativas colhidas pelo Banco Central apontam para um recuo de 4,04% para

4% para o próximo ano e de 3,90% para 3,80% no seguinte. Ainda fora do centro da meta, mas dentro do teto fixado pelo Conselho Monetário Nacional.

O que se espera do Banco Central é que ele olhe também para as condições da economia. Juros altos estrangulam o orçamento das famílias e limitam a capacidade de investir das empresas e mesmo de gerir seu fluxo de caixa. Não é uma questão de governo contra a autoridade monetária, porque nessa batalha a sociedade é sempre excluída e sofre as consequências do arrocho monetário, que já dura praticamente um ano. É preciso mais do que apenas uma sinalização de que a Selic vai cair na próxima reunião.

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/21/06/2023/p1>

# Relator amplia exceções ao limite de gastos do governo

**ADRIANA FERNANDES MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA**

O relator no Senado do projeto do arcabouço fiscal, senador Omar Aziz (PSD-AM), aumentou a lista de despesas que podem ficar fora do limite de gastos da nova regra. De última hora, ele excluiu do novo teto os desembolsos com ciência, tecnologia e inovação. Se o novo arcabouço estivesse valendo neste ano, por exemplo, seriam R\$ 7,3 bilhões a mais fora do teto - o correspondente ao orçamento de Ciência e Tecnologia para 2023.

Além desses gastos, Aziz já havia excluído do texto as despesas com o Fundeb (voltado para a educação básica) e com o Fundo Constitucional do Distrito Federal (destinado para o investimento em segurança, saúde e educação na capital do País).

O novo arcabouço, que vai substituir o atual sistema de teto de gastos, é uma das principais apostas da equipe econômica para reduzir o endividamento público e, ao mesmo tempo, abrir espaço para despesas consideradas necessárias principalmente na área social. Inicialmente, a expectativa do governo era de que o texto aprovado primeiro na Câmara fosse confirmado no Senado. Caso as alterações propostas por Aziz sejam aceitas em plenário, o projeto terá de voltar para nova análise na Câmara.

"Estamos falando de filigrana, de recurso pequeno. Não estamos falando de coisas substanciais", disse o relator, que apresentou ontem seu relatório durante sessão da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Em reação, o senador Rogério Marinho (PPRN), líder da oposição, apresentou um pedido de vista, que foi aceito pelo presidente do colegiado, Vanderlan Cardoso (PSD-GO). Com isso, a votação do texto na CAE foi adiada para hoje. O governo pressiona para que a votação em plenário aconteça na sequência.

## **INFLAÇÃO.**

O relator não mexeu nem na forma de correção da **inflação**, nem na arrecadação que determina o limite de despesas em 2024 - primeiro ano de mudança na nova regra fiscal. Uma mudança no texto poderia facilitar a vida do Ministério do Planejamento na elaboração do Orçamento do ano que vem para abrir espaço de pelo menos R\$ 40 bilhões em despesas.

Na prática, isso significa que o governo pode tentar uma mudança no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do ano que vem e criar despesas condicionadas até que esse espaço fiscal para ampliação dos gastos possa ser feito ao longo de 2024, conforme as regras já previstas no texto que saiu da Câmara.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Governo cobra sinalização do BC para início do ciclo de corte dos juros

**ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA | COLABOROU LUIZ GUILHERME GERBELLI**

Sem expectativa de que haverá queda dos juros na reunião que termina hoje do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, o governo conta como certo que o BC vai abrir as portas para o início da redução da taxa básica de juros (Selic) a partir de agosto.

Se o sinal dado no **comunicado** a ser divulgado pelo comitê após a decisão for na direção contrária, e apontar que é preciso esperar mais tempo para as expectativas de **inflação** se "ancorarem" (ou seja, convergirem para a meta), o conflito entre o presidente do BC, Roberto Campos Neto, e o governo Lula deve subir ainda mais de tom. Interlocutores do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, avaliam que, num cenário desse tipo, estaria configurada uma "declaração de guerra", segundo apurou o Estadão.

O risco que a área econômica enxerga é de ocorrer um novo descolamento da curva de juros (o valor que o mercado espera para as taxas de juros no futuro), retardando o início do ciclo de flexibilização da taxa Selic no Brasil - hoje, no patamar de 13,75% ao ano. Isso aconteceu em fevereiro, quando o mercado passou para o fim do ano a previsão de queda de juros. Agora, a expectativa do mercado financeiro é de que os juros comecem a cair em agosto, com a taxa básica terminando o ano em 12,25%.

Para 2024, os juros devem recuar a 9,5%.

"Não vai haver um corte nesta semana, mas, entre agosto e setembro, é meio que jogar uma moeda. Vai depender, primeiro, de como os dados vão vir até a reunião de agosto, e, segundo, de qual é o recado que o BC quer passar. É uma questão de ajuste fino da estratégia", afirma Luciano Sobral, economista-chefe da Neo Investimentos.

O nível de juros é visto pela equipe econômica como ponto central para a agenda econômica. O temor é de que, num cenário de manutenção dos juros no patamar atual, a economia brasileira comece a desacelerar muito fortemente após a melhora recente de indicadores econômicos como dólar, risco Brasil e previsão de crescimento.

**GALÍPOLO.**

A reunião de agosto do Copom já deverá contar com o voto do economista Gabriel Galípolo, indicado para a diretoria de Política Monetária do BC. Ex-secretário executivo de Haddad, Galípolo deixou o cargo na última segunda-feira, e deve passar por sabatina no Senado na próxima terça-feira.

Com Galípolo no BC, o que se espera é que ele construa pontes dos dois lados, hoje ainda em conflito. Haddad entende que é preciso ter confiança de que a política de juros está sendo conduzida tecnicamente. Esse é justamente o ponto que vem sendo reforçado por Roberto Campos Neto: mostrar a Galípolo que as decisões de juros são técnicas.

Galípolo e Campos Neto têm um diálogo considerado positivo, mas há desconfiança dos dois lados: BC e governo.

Do lado do BC, existe a desconfiança de que Galípolo foi indicado com a missão de não fazer uma gestão técnica; assim, ele teria de angariar credibilidade, já que é apontado como sucessor de Campos Neto na presidência.

O mandato do atual presidente do BC vai até o fim de 2024.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Mercado de carbono daria 5% ao PIB, diz Alckmin

O presidente em exercício e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, afirmou nesta terça-feira, 20, que o Brasil pode ter ganho de 5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) com mercado regulado de carbono, o que seria equivalente a US\$ 120 bilhões.

"O governo do presidente Lula estará empenhado no desenvolvimento sustentável e um dos caminhos mais importantes é o mercado regulado de carbono. Vamos estimular as pessoas a descarbonizar, as empresas a descarbonizar, criar um mercado, oportunidades de negócios, renda e comércio exterior", afirmou, durante evento sobre o tema promovido pela pasta e pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O governo tem uma minuta de projeto de lei pronta regulamentando o mercado de carbono. O trabalho envolve 17 ministérios e está sendo liderado pelo MDIC. Essa minuta está sendo analisada pela área jurídica das pastas envolvidas com o tema e deve ser concluída nas próximas semanas.

Depois, o núcleo político do governo vai decidir se envia para o Congresso o projeto ou se atuará junto às relatorias de propostas que já tramitam no Legislativo para que as posições do governo sejam incorporadas aos textos em negociação. "É uma avaliação política, da melhor maneira de fazê-lo e o momento", disse Alckmin a jornalistas após o evento.

O governo defende que a regulamentação do mercado de carbono seja feita no modelo de "cap-and-trade". Por esse formato, a autoridade competente define um limite máximo de emissões de gases de efeito estufa para as instalações reguladas. A distribuição será feita em forma de cotas.

Os operadores que emitirem menos do que a cota poderão vender no mercado regulado a quantidade economizada. Os operadores que superarem a cota estipulada poderão fazer a compensação com a compra da diferença no mercado regulado - ou parcialmente, no mercado voluntário.

Segundo Alckmin, o objetivo do governo é que, com a regulamentação, seja possível reduzir até 50% os gases que causam o efeito estufa até 2030. Até 2050, a meta é o chamado "carbono zero", ou seja, uma compensação total das emissões.

No mesmo evento, o secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do MDIC, Rodrigo Rollemberg, explicou que a autoridade competente prevista na minuta do governo cuidará da parte operacional do sistema de créditos de carbono. Essa autoridade será regulamentada posteriormente e poderá ser exercida por um ministério ou por uma nova agência reguladora, a ser criada.

"Toda a parte operacional desse sistema será feita por uma autoridade competente, que será definida no regulamento, se será já algum ministério ou se será criada uma agência, essa autoridade competente terá atribuição de propor as metas de redução, os planos de alocação, vai credenciar as metodologias de monitoramento, de verificação, criando um sistema robusto e que garanta integridade aos créditos brasileiros", afirmou Rollemberg.

Ele defendeu que o Brasil desenvolva metodologias e métricas próprias de certificação de carbono que sejam reconhecidas internacionalmente. "E nós temos instituições com reconhecida capacidade científica internacional para fazer isso", disse o secretário, citando como exemplo a Embrapa, o Senai e o Inmetro.

Rollemberg demonstrou expectativa de aprovar o projeto de lei que regulamentará o mercado de carbono até o fim do ano. "Quanto mais afinados estivermos, consensuados com setor produtivo e com a sociedade civil, maior facilidade nós teremos de aprovação desse projeto de lei no Congresso Nacional antes da realização da COP [28] no fim do ano", afirmou.

"Eu tenho muita convicção que nós estamos muito próximos dessa posição consensual, que, certamente, vai facilitar a tramitação no Congresso Nacional", completou.

"Vamos criar um mercado, oportunidades de negócios, renda e comércio exterior" Geraldo Alckmin

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187581>

# Aziz surpreende e exclui tecnologia e ciência de arcabouço

O relatório do novo arcabouço fiscal foi apresentado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado e, mesmo com boa parte das mudanças antecipadas, chegou com surpresas. O senador Omar Aziz (PSD-AM) confirmou a retirada do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) da nova regra.

Aziz, como já era esperado, não alterou o período de cálculo da **inflação** para corrigir o limite de gastos - um desejo da equipe econômica, que quer evitar um corte de R\$ 40 bilhões no ato do envio do orçamento de 2024.

O que pegou fontes do Congresso, da Fazenda e técnicos especializados em contas públicas de surpresa foi a exclusão das despesas com ciência, tecnologia e inovação do novo marco. As alterações do relator obrigam o texto a voltar para Câmara após aprovação no plenário do Senado. Após pedido de vista da oposição, a votação da nova regra ficou para esta quarta-feira. Após aprovação na CAE, a matéria segue para o plenário.

Apuração do Valor indica que a Câmara tende a derrubar a exclusão de gastos com ciência e tecnologia dos limites de gastos do novo arcabouço fiscal. Deputados devem retirar o trecho que não foi tema nas conversas com o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL) e com o relator naquela Casa, Cláudio Cajado (PP-BA), e nem mesmo com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e com a ministra do Planejamento, Simone Tebet.

Na avaliação de integrantes da equipe econômica, apesar de essa exclusão poder resultar em mais espaço nos limites de despesa, ela pode tumultuar e atrasar a aprovação do texto, que precisará voltar para a Câmara com as mudanças. O que estava na conta, disseram, era somente a exclusão do FCDF e do Fundeb dos limites de despesa. Para o orçamento de 2023, por exemplo, há R\$ 7,3 bilhões destinados a essas categorias.

Essa mudança não foi negociada com o deputado Cajado, que foi relator do texto na Câmara e se reuniu com Aziz nessa terça-feira para tentar alinhar um acordo a respeito das alterações no texto. Na última semana, Haddad pegou por "entrosamento" entre

Câmara e Senado nas mudanças do arcabouço para evitar "surpresas". Na saída da reunião da CAE, Aziz confirmou que o tema não foi tratado nos encontros com Cajado e Lira.

"Agora, a surpresa está colocada. Qual é o critério para excluir gastos de ciência e tecnologia?", questionou um experiente técnico na área. "Então excluam saúde e educação também", ironizou.

O relator defendeu a aprovação e disse que o país está devendo à população investimentos na ciência e tecnologia por conta da gestão federal durante a pandemia da covid-19. A emenda acatada é de autoria do senador Renan Calheiros (MDB-AL) e traz a marca da CPI da Covid.

"Nós estamos devendo muito aos brasileiros um investimento mais forte, sem amarra na ciência, tecnologia. Nós passamos por momentos difíceis dois, três anos atrás. Não acreditar na ciência nos levou a 700 mil mortes", argumentou Aziz.

O texto original já excluía do teto de gastos as despesas das instituições federais de educação, ciência e tecnologia vinculadas ao Ministério da Educação e das demais instituições científicas, tecnológicas e de inovação nos valores custeados com receitas próprias ou de convênios e contratos. Na justificativa, Calheiros disse que a redação era insuficiente e sugeriu uma regra mais abrangente.

Questionado sobre os possíveis impactos nas contas públicas, Aziz minimizou e disse que não se trata de um valor significativo. "Estamos falando de filigrana, de recursos pequenos, não substanciais."

Ao Valor, o economista Felipe Salto, sócio da Warren Rena e ex-diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI) disse que a ideia, em uma análise preliminar, é ruim. "Não é uma boa ideia, em princípio, porque o critério para excluir deveria ser outro, como o grau de controle. Transferência a Estado e município, por exemplo não tem como escapar e deriva de um percentual da receita bruta. Por isso está fora", falou.

Outro experiente técnico em Orçamento, no entanto, defendeu a mudança e concordou com os senadores. "É um reconhecimento da relevância estratégica dessas despesas e da sua capacidade de fomentar o

crescimento econômico de longo prazo", considerou.

Aziz defendeu as mudanças no texto e disse que o Senado não pode apenas carimbar o que foi aprovado pelos deputados. "Defendemos o projeto na sua essência, mas isso não quer dizer que o Senado deva apenas dizer amém ao que veio da Câmara", defendeu Aziz.

"O critério para excluir deveria ser outro, como o grau de controle" Felipe Salto

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187581>

# Melhora no crescimento da AL não muda cenário para o ano

O crescimento na América Latina surpreendeu nesta primeira metade do ano, puxado por alguns fatores inesperados, como o melhor desempenho do setor de serviços e da economia global. Com isso, as projeções para a região passaram de estagnação para um crescimento entre 0,3% e 0,9% para este ano, segundo economistas consultados pelo Valor.

Mas eles alertam que esse impulso é transitório e não altera a visão de baixo crescimento no prazo mais longo. As projeções para 2024 continuam a apontar declínio, mostrando que a região segue num cenário de desaceleração.

O banco de investimentos Goldman Sachs (GS) estima que a região deve apresentar um crescimento marginal, de 0,3% em 2023, uma ligeira melhora em relação à previsão de 0% do início do ano. "O crescimento global foi melhor do que era previsto, o risco de uma desaceleração mais abrupta dos EUA diminuiu bastante e acho que houve uma subestimação do efeito residual da abertura pós-covid no setor de serviços. Apesar de um aperto monetário significativo, o setor mostrou resiliência", explica o diretor do GS para a América Latina, Alberto Ramos.

Segundo ele, em 2024, as condições financeiras serão mais restritivas, sem muita margem de ociosidade da economia produtiva, por isso um crescimento compacto para 2024. "A região retoma a sua tendência estrutural de longo prazo, ou seja, de um crescimento modesto".

A consultoria Oxford Economics também melhorou as previsões de crescimento da região como um todo em 2023, saindo da estagnação (0%) para 0,9%. "Desde o começo de 2022, a região estava num processo de desaceleração sincronizada, todos desaceleraram meio juntos. Mas, no primeiro trimestre deste ano (2023), todos surpreenderam para cima, então rompemos uma tendência, mas agora economistas projetam algum tipo de desaceleração para os países da região, seja por um eventual esfriamento da demanda externa ou um aperto nas condições de crédito a nível doméstico, seja por necessidade, para forçar a **inflação** para baixo, como na Colômbia e no Chile", diz o economista da Oxford Marcos Casarin.

"A região retoma sua tendência de crescimento modesto"

Alberto Ramos

No caso do Brasil, o crescimento foi puxado pelo agronegócio. "O clima ajudou, a safra foi muito boa e o país conseguiu os fertilizantes que precisava. Mas isso não deve se repetir. Para o próximo ano, devemos ver uma desaceleração como ressaca do agronegócio e também do crédito", afirma Casarin.

O país, ao lado do México, deve sentir o cenário de recessão global. A piora em EUA, Europa e China refletirá nas duas maiores economias latino-americanas.

No caso do México, segundo Ramos, outros fatores contribuíram para a melhora no cenário, além da revisão para cima nos EUA. O nearshoring (aproximação dos produtores aos seus clientes) tem alavancado a produção de manufaturados e investimentos e as remessas familiares enviadas ao México continuam elevadas.

O Chile começou a desacelerar em 2021 e vem em desaceleração lenta desde então. "O Chile foi o país emergente que teve a recuperação pós-pandemia mais rápida. Além disso, o governo tomou medidas que geraram liquidez. Por isso, agora, a contração é praticamente certa, não tem nada novo acontecendo lá", avalia Casarin.

De acordo com ele, a Colômbia foi o país que mais demorou para responder com políticas ao superaquecimento da economia. "Agora, o país tem um ajuste a fazer e isso levará a uma contração do **PIB**."

O cenário na Argentina continua sendo de preocupação. Com a eleição presidencial marcada para outubro, o governo deve atrasar ao máximo alguma medida mais forte, como uma maxidesvalorização, e o país enfrenta uma nova escalada inflacionária, com a taxa anual de 114,2% em maio.

Também os órgãos multilaterais elevaram recentemente as projeções para a região. O Banco Mundial aumentou sua previsão para o Produto Interno Bruto (**PIB**) latino-americano para 1,5% - de 1,3% no início do ano. Já a Comissão Econômica para a



América Latina e o Caribe (Cepal) previu, no fim de abril um crescimento de 1,2% da região.

Outros analistas ressaltam que os preços agrícolas, que se mantêm altos mesmo após o fim da pandemia, contribuíram para o melhor desempenho até agora das projeções de crescimento para os exportadores de commodities. "A demanda por alimentos, por exemplo, continuou alta na China apesar desse crescimento abaixo do esperado [no pós-covid]", diz a economista da Universidade de Boston Rebecca Ray, autora do relatório China-Latin America Economic Bulletin.

Analistas alertam que o cenário pode piorar em 2024 se o setor de indústria e construção da China não mostrar sinais de recuperação, e se os EUA entrarem em recessão.

"Sem dúvida o setor industrial é o principal motor das compras do exterior, onde a América Latina é um grande player - sobretudo no que diz respeito a matérias-primas, minerais, etc.", diz o economista argentino Patricio Giusto, cientista político e mestre em Estudos Chineses da Universidade de Zhejiang. "Se o consumo interno não se recuperar na China, vamos ter grandes repercussões de demanda", afirma.

Para que a América Latina possa crescer sem depender tanto do cenário nos EUA e na China, os países da região teriam de passar por uma mudança econômica. "Precisamos avançar na industrialização. Nossa história é de dependência da matéria-prima, com a recessão, nossos países entram em crise. É preciso criar formas de mudar isso, e assim economias mais estáveis", diz Jorge Heine, professor da Universidade de Boston e ex-embaixador do Chile para a China, Índia e África do Sul.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187581>

# Inação e desigualdades (Artigo)

**Ana Inoue**

Lacan dizia que tudo na vida tem função. Por isso, mesmo sabendo que alguns hábitos, atitudes e ações fazem mal à saúde, prejudicam nossa vida e atrapalham a vida de outros, muitos de nós optamos por mantê-los. Para ele, cada uma destas coisas tem função na estrutura psíquica - inclusive para dar sustentação às nossas neuroses. Sim, somos nós que, de forma inconsciente, as alimentamos e fazemos alguma força para mantê-las. De certa forma, nos colocamos a serviço delas, cultivando-as. Assim, acomodamos nossas contradições, como seguir com hábitos pouco saudáveis ou evitar pensar na pobreza - coisas que geram desconforto.

E assim a vida segue.

O que muda este cenário e nos retira da doença psíquica é a consciência.

Ao tomarmos consciência de algo, torna-se impossível "desconhecer".

Diante da tomada de consciência, reagimos. O que até aquele momento estava acomodado, se desnuda e nos impele para a mudança. A consciência escancara as contradições e, ao mesmo tempo que desestabiliza, cria a força necessária para a mudança. Processar as mudanças é o que nos faz crescer. Resistir a elas resulta em alto custo interno, além de atrasar nosso desenvolvimento.

Faço esta introdução apenas como uma analogia com o que talvez ocorra no nosso país. Mesmo sabendo o quanto perdemos com a manutenção das desigualdades, o quanto elas são nefastas para a sociedade, ainda seguimos mantendo o que as sustentam, resistindo às mudanças necessárias, atrasando o desenvolvimento do país. O que vale mais do que a redução das desigualdades e que nos faz, como país, mantê-las em níveis inaceitáveis? Seja o que for, certamente não está a favor do desenvolvimento do país.

Na economia, é comum calcular os custos e lucros das ações tomadas, mas nem sempre se consideram os custos e prejuízos da inação em relação às desigualdades socioeconômicas.

O Brasil paga um alto preço pela falta de promoção da diversidade e inclusão, principalmente na educação e no mundo do trabalho. Esse custo se reflete em

perdas econômicas significativas, além de prejudicar milhões de pessoas.

De que tamanho é o prejuízo causado pela falta de inclusão das majorias, como as mulheres (51% da população) e pessoas negras (56% da população)? Quanto custa para o Brasil o preconceito e a discriminação no dia a dia? Qual é o preço da falta de incentivo à diversidade? É possível valorar essas perdas? Para essas questões, não há uma resposta precisa ou única, uma expressão numérica que resuma tudo. No entanto, o que sabemos é que o preconceito gera grandes perdas para o país.

Amartya Sen, economista e filósofo indiano, enfatiza que o desenvolvimento não pode ser medido apenas por indicadores econômicos, mas também pela capacidade das pessoas de alcançar seu potencial e ter acesso a oportunidades significativas. No entanto, é possível mensurar alguns aspectos específicos desse prejuízo.

Estudo coordenado por Ricardo Paes de Barros e Samuel Franco revelou que a evasão escolar no Brasil resulta em perdas acumuladas de 3,3% do **PIB**, ou seja, cerca de R\$ 220 bilhões por ano.

tes, 20% são identificados como LGBTQIAPN+, 64% são mulheres, 3% têm deficiência, 57% são pretos, pardos e indígenas. É um pequeno retrato da diversidade das juventudes brasileiras, que precisam ser inseridas nos planos do setor produtivo - eles são os adultos do futuro.

Os jovens indicaram entre suas prioridades a adoção de políticas para ampliar a inserção desses grupos no mundo do trabalho e a importância da oferta de qualificação profissional e de outras ações para estimular a geração de emprego e renda.

Estudo da McKinsey Company mostra que empresas com equipes executivas compostas com critérios de diversidade têm maior probabilidade de superar a performance financeira dos concorrentes, ou seja, traz valor econômico e resultados positivos.

O subtítulo do estudo é "Por que empresas que adotam a diversidade são mais saudáveis, felizes e rentáveis".

Pesquisas também destacam a contribuição da diversidade, equidade e inclusão para a inovação, geração de valor e qualidade da força de trabalho.

Temos, portanto, estudos e números que revelam as vantagens da diversidade e da inclusão e o tamanho dos prejuízos quando há inação, desperdício de talentos e pouca diversidade.

Apesar das evidências, apenas metade das empresas declara ter uma área dedicada a esses assuntos, de acordo com pesquisa realizada pela Deloitte.

A boa notícia aqui é que há mudanças em curso. Por outro lado, para muitas empresas, todo o conhecimento sobre as desigualdades que marcam nossa realidade. Esses dados evidenciam a magnitude dos custos da inação. Ao multiplicar esse valor anual pelo tempo de vida de uma geração, chega-se a cifras astronômicas. Um exemplo disso é o fato de que o país poderia ganhar cerca de R\$ 135 bilhões por ano se a grande maioria dos jovens concluísse o ensino médio até os 24 anos. A desigualdade também é evidente, com taxas de conclusão muito mais baixas entre os alunos mais pobres.

Temos no país aproximadamente 50 milhões de jovens (vale sempre lembrar que cuidar deles é garantir um futuro próspero para nosso país!). A terceira edição da pesquisa "Juventudes e a Pandemia do Coronavírus" realizada em 2022, entrevistou 16 mil jovens em todo o país (foram mais de 100 mil jovens ouvidos nas três edições desta pesquisa). Dos respondentes diferentes campos, bem como os benefícios para o seu próprio desenvolvimento e o do país não são suficientes para provocar as mudanças necessárias.

Assumir compromissos e práticas ESG significa, sim, colocar o Brasil na órbita da consciência mundial de responsabilidades social, empresarial, ambiental e educacional. É a opção por ter uma nação forte e saudável, com compromisso com o futuro do país, com seus pares, sua comunidade e com a formação das juventudes diversas, que já são o hoje e o amanhã do país. A manutenção das desigualdades e dos preconceitos, a visão de curto prazo, a busca por vantagens imediatas e benefícios individuais representam o atraso, a ignorância pela negação das evidências e a estagnação em relação ao futuro. São opções irresponsáveis, retrógradas e improdutivas.

O setor produtivo já é um importante agente da mudança quando falamos em diversidade, equidade e inclusão. É urgente ampliar a consciência sobre os custos e prejuízos da inação frente às desigualdades, torná-las inaceitáveis e mobilizar os que ainda se encontram paralisados para que, assim, possamos mudar essa realidade a tempo. Isso é fundamental para garantir um futuro às nossas juventudes. A manutenção das desigualdades é uma doença que impede o desenvolvimento do país.

Só metade das empresas declara ter área dedicada à diversidade, equidade e inclusão, segundo pesquisa da Deloitte

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187581?page=1&section=1>**

# Copom deve abrir a porta para um novo ciclo de queda - PALAVRA DO GESTOR

**Luiz Eduardo Portella é sócio e gestor da Novus Capital**  
**E-mail lportella@novuscapital.com.br**

Após um início de governo com muito ruído na agenda econômica e um forte embate entre o Executivo e o Banco Central, enfim as condições estão sendo criadas para que o ciclo de queda de juros no Brasil se inicie na reunião de agosto. Perdeu-se muito tempo com a discussão de alteração da meta de **inflação** - defendida até por renomados gestores no Brasil -, o que, junto dos ataques ao presidente do BC, Roberto Campos Neto, ajudou na desancoragem das expectativas de **inflação** de longo prazo, que saíram de 3% para 4%, prejudicando a gestão da política monetária.

Do lado positivo, o novo arcabouço fiscal impôs um limite para o crescimento dos gastos em 2,50%, o que retirou um risco de cauda negativo de descontrole da dívida em relação ao **PIB** nos próximos anos. O desafio segue sendo estabilizar a dívida no longo prazo, pois o novo modelo precisa de um forte aumento de receitas nos próximos anos.

Na reunião do Copom de maio, foram elencados os seguintes riscos para o cenário de **inflação** à frente: na parte altista para a **inflação** e as expectativas, destacam-se (i) uma maior persistência das pressões inflacionárias globais; (ii) a incerteza ainda presente sobre o desenho final do arcabouço fiscal a ser aprovado pelo Congresso Nacional e, de forma mais relevante para a condução da política monetária, seus impactos sobre as expectativas para as trajetórias da dívida pública e da **inflação** e sobre os ativos de risco; e (iii) uma desancoragem maior ou mais duradoura das expectativas de **inflação** para prazos mais longos.

Com relação a esses riscos, a persistência da **inflação** de serviços global deve continuar.

Já a incerteza com o arcabouço fiscal está praticamente resolvida, faltando apenas a votação no Senado.

O impacto positivo no fechamento das curvas longas e na queda do dólar ajudaram a contaminar positivamente a queda da **inflação** implícita e as expectativas de mais longo prazo. Essas vão continuar recuando quando o CMN confirmar na semana que vem a manutenção da meta de **inflação** em 3%.

Entre os riscos de baixa, ressaltam-se (i) uma queda adicional dos preços das commodities internacionais em moeda local; (ii) uma desaceleração da atividade econômica global mais acentuada do que a projetada, em particular em função de condições adversas no sistema financeiro global; e (iii) uma desaceleração na concessão doméstica de crédito maior do que seria compatível com o atual estágio do ciclo de política monetária.

Esses riscos permanecem e vão se acentuar nos próximos meses, à medida que os efeitos do aperto da política monetária global impactem a atividade.

Desde a última reunião, a melhora dos indicadores foi significativa. O dólar caiu de R\$ 5 para R\$ 4,80, a projeção de **inflação** pela pesquisa Focus reduziu de 6,05% para 5,12% em 2023, de 4,18% para 4,00% para 2024 e de 4,00% para 3,80% (e deve continuar caindo com a confirmação da manutenção da meta em 3% pelo CMN), as inflações implícitas extraídas dos títulos NTN-B para os prazos de um, dois e cinco anos caíram de 5,0%, 5,6% e 5,9% para 3,8%, 4,4% e 5,2%. respectivamente.

As commodities agrícolas ficaram estáveis em reais e o petróleo caiu.

O mais impressionante é que, apesar de toda essa melhora dos indicadores, a projeção do juro real nos próximos doze meses subiu de 7,3% para 7,4%. O mercado segue projetando um ciclo tímido de cortes na Selic. As revisões do **PIB** seguiram positivas, puxadas pelo setor agro, e o mercado de trabalho segue surpreendendo positivamente.

O **comunicado** de hoje deve seguir o padrão que o BC de Ilan Goldfajn usou para sinalizar o primeiro corte do ciclo quando a Selic estava em 14,25%. O ambiente macroeconômico estava parecido com o atual.

A votação do teto de gastos havia sido aprovada na Câmara dos Deputados, mas ainda faltava o Senado.

O Comitê deve listar as condições e avaliar a evolução desse conjunto para que a flexibilização do juro se inicie em agosto, em um ambiente em que o juro real da economia se encontra em patamar muito elevado.

O Brasil pode entrar em um ciclo virtuoso, sendo um dos únicos países do mundo a domar o processo inflacionário e tendo a permissão de iniciar um ciclo mais sustentável de corte de juros, atraindo cada vez mais capital externo, aproveitando-se da escassez de alternativas de investimento em países emergentes.

Luiz Eduardo Portella é sócio e gestor da Novus Capital E-mail [lportella@novuscapital.com.br](mailto:lportella@novuscapital.com.br)

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187581>